2° Caderno

Jornal do Comércio

Porto Alegre, terça-feira, 25 de março de 2025 - Nº 211 - Ano 92

PUBLICIDADE LEGAL

Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A.

CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei n° 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2025

Natalie Ardrizzo - Diretora

Prefeitura Municipal de Capão Bonito do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2025

Objeto: **Registro de preços para a contratação de empresa para fornecimento de itens de consumo para festividades**, para o dia **14/04/2025, às 9h**. Informações na Prefeitura, Av. Ataliba José de Lima, 10, (54) 3698.4195 ou 98161.6445, compras@capaobonitodosul.rs.gov.br, no horário das 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. Documentos: na aba Licitações no Site oficial do Município.

Capão Bonito do Sul/RS, 24 de março de 2025.

Marizete Vargas Pereira Rauta, Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE GAURAMA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2025

ELIEZER VAGNER ZANATTA, Prefeito Municipal de Gaurama, Estado Rio Grande do Sul, ratifica a inexigibilidade de licitação, nos seguintes termos:

OBJETO: Locação de imóvel para exploração de lavra de rocha. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inc. V, da Lei Federal nº 14.133/2021. **PREÇO MENSAL:** R$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), reajustável. **VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 12 (doze) meses, prorrogáveis

LOCADOR: Olímpio José Tonello

Gaurama/RS, 24 de março de 2025.

ELIEZER VAGNER ZANATTA

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GAURAMA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2025

O Prefeito Municipal de Gaurama-RS, torna público que se encontra aberto o edital de Chamamento Público nº 03/2025, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas aptas à prestação serviços de borracharia, geometria, balanceamento e lavagem de veículos e máquinas da frota Municipal, com recebimento dos envelopes no período de 25 de março de 2025 até 28 de abril de 2025, em horário de expediente. Edital e maiores informações junto à Prefeitura Municipal ou através do fone: (54) 3391-1200, junto a Secretaria Municipal de Administração, através do e-mail licita@gaurama.rs.gov.br ou site www.gaurama.rs.gov.br. Gaurama-RS, 24 de março de 2025.**ELIEZER VAGNER ZANATTA,** Prefeito.

Prefeitura Municipal de Tupandi

AVISODE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar no município de Tupandi, conforme descrição nos anexos do Edital. Abertura dia 08/04/2025, às 14h00min, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no Site:www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040. Paulinho Ludwig, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACURUBI

AVISO DE RETIFICAÇÃO N°2: PREGÃO ELETRÔNICO N°07/2025. Alteração no preambulo no edital. Data de abertura alterada para dia 07/04/2025, às 9h, Sessão eletrônica no site: www.gov.br/compras. *Edital e anexos no site:* www.itacurubi.rs.gov.br.

Gelso dos Santos Soares, Prefeito Municipal.

O Presidente da Comissão Eleitoral, cumprindo disposição do inciso V do art. 22 do Estatuto da Entidade e art. 3º do Provimento nº 01/2021 – ASOFBM, declara homologada e eleita a Diretoria Executiva da Associação dos Oficiais da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar – ASOFBM, consoante nominata da Chapa única apresentada para o triênio 2025-2028 obedecendo-se os termos estatutários e do Provimento nº 01/2021 – ASOFBM, art.6º, §3º. O Pleito em relação aos titulares e suplentes do Conselho Deliberativo e Fiscal ocorrerá conforme previsto no Edital publicado no Jornal do Comércio pag. 13 dias 03 e 04 de março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ

Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2025

O DAEB - Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé torna público que, no dia 07 de abril de 2025, será realizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, através do site www.pregaobanrisul.com.br, com início às 10 horas, pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos para REGISTRO DE PREÇOS visando proposta mais vantajosa para Autarquia para SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE METALURGIA, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE PEÇAS SOB ENCOMENDA. Informações pelo telefone (53) 32407800 - Ramal 221 ou pelo e-mail: licitacoes@daeb.com.br

MAX GERALDO MEINKE

Diretor Geral do DAEB

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2025 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("3tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 22 de abril de 2025, às 10h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2 e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada realizada na sua sede social da Companhia, situada na Avenida Principal, n°187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS). As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar em 7 (sete) o número de membros Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, precedida da validação dos requisitos de independência para os candidatos sob esta condição; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aprovar novo plano de opção de compra de ações da Companhia; e **(ii)** Ratificar as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024 ("AGE 27/12/2024") e retificar o Estatuto Social consolidado constante do Anexo II à respectiva ata, com a substituição por versão que reflete as alterações aprovadas na AGE 27/12/2024 com base no Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o dia **20 de abril de 2025**, os seguintes documentos: **(i)** se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; **(ii)** se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e **(iii)** se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: https://assembleia.ten.com.br/801646703/auth, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(b) Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: Boletim de voto a distância ("BVD"): Os Acionistas poderão, a partir desta data e até o dia **18 de abril de 2025 (inclusive)**, manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (iii) ao depositário central; ou (iv) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. Digitalmente: os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 10h00 do dia **20 de abril de 2025**, com acesso pelo link https://assembleia.ten.com.br/801646703/auth. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2025. **(c) Voto múltiplo:** Em atendimento ao disposto no art. 141 da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição da adoção de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, observada a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"). A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. **(d) Instalação do Conselho Fiscal:** Em atendimento ao disposto no art. 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto. **(e) Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, https://ri.3tentos.com.br/, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), https://www.gov.br/cvm/pt-br, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, https://www.b3.com.br/pt_br e no Ofício Circular Anual SEP 2025. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. **(f) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 21 de março de 2025

João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA CENTRAL GAÚCHA LTDA.

CNPJ Nº 88.933.114/0001-35 - NIRE Nº 43400000283

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 07.04.2025

No uso de suas atribuições estatutárias, e com fundamento no estatuto social vigente, o Presidente da Cooperativa Central Gaúcha Ltda. Convoca os delegados das 14 (quatorze) Cooperativas associadas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia 07 de abril de 2025, no Centro de Eventos da Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL, localizada na Rod. RS 342 KM 149, na cidade de Cruz Alta RS. Sendo a primeira convocação às 11:30h e, acaso não tiver "quórum" suficiente, em segunda chamada às 12:30h e a terceira e última às 13:30h. A referida Assembleia Geral Extraordinária terá a seguinte ordem do dia: **I Deliberação sobre a venda da área de terra matriculada sob o nº 14.434, localizada em Cruz Alta/RS, registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS.**

Cruz Alta RS, 21 de março de 2025

CAIO CEZAR FERNANDEZ VIANNA

Presidente

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10 HORAS

Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 23 de abril de 2025, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024;

II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;

III) Deliberar sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;

IV) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração;

V) Deliberar sobre o enquadramento dos Srs. Paulo Iserhard e Roberto Faldini, e da Sra. Maria Cristina Capocchi Ricciardi, como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração da Companhia de acordo com os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022;

VI) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2025;

VII) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2025, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e

VIII) Caso aprovada a matéria do item "VII" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

I) Deliberar sobre a atualização do caput do art.3º do Estatuto Social, para adequar as atividades desenvolvidas pela Companhia, conforme consta na inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II) Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros) no montante de R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sem emissão de novas ações;

III) Deliberar sobre a exclusão da alínea "o" do artigo 12º do Estatuto da Companhia para estabelecer que a aprovação de processos e procedimentos não é competência do Conselho de Administração;

IV) Deliberar sobre (a) a alteração dos artigos (a.i) 3º do estatuto social para refletir a atualização do objeto social da Companhia, e (a.ii) 5º para refletir a alteração do capital social da Companhia, se aprovado o aumento de capital proposto no item "II" acima; e (b) a exclusão da alínea "o" do artigo 12º, com a consequente atualização da numeração das alíneas subsequentes; e

V) Consolidar o estatuto social da Companhia, a fim de refletir as alterações propostas no item "IV" acima, se aprovadas, com as atualizações necessárias de numeração e referência cruzada.

Informamos, em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022 ("Resolução CVM 70"), que é facultado aos acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição do Conselho de Administração, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE, na forma do Art. 141, § 1º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Informamos, ainda, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia será instalado caso acionistas representando, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do capital social requeiram a sua instalação, de acordo como artigo 4° da Resolução CVM 70.

Instruções Gerais:

Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que AGOE será realizada em formato exclusivamente digital, reafirmando o compromisso da Companhia em facilitar a participação de seus acionistas. A administração esclarece, ainda, que a realização da AGOE de modo exclusivamente digital decorre: (i) da prática adotada pela Companhia nos últimos anos; (ii) do fato de a modalidade exclusivamente digital se apresentar como forma de reduzir o absenteísmo nas assembleias da Companhia; e (iii) do custo-benefício inerente à realização da AGOE nesta modalidade. Nesse contexto, os acionistas poderão participar por meio da Plataforma Digital ou do envio do Boletim de Voto.

Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGOE: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores (www.irani.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida estão mencionadas na Proposta da Administração, divulgada em 21 de março de 2025 ("Proposta da Administração"); ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGOE, deverá acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/605623853/auth. Em referido endereço eletrônico, o acionista poderá (i) cadastrar e submeter o seu Boletim de Voto à Companhia usando o campo específico da Plataforma Digital, anexando todos os documentos necessários para a submissão do Boletim de Voto diretamente à Companhia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 4 (quatro) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 19 de abril de 2025, e (ii) preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação digital na AGOE descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, até o dia 21 de abril de 2025.

Nos termos do artigo 27, §7º, da RCVM 81, o envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia deverá ser realizado exclusivamente por meio da Plataforma Digital.

Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro e habilitação para participação virtual na AGOE no prazo acima mencionado, contendo todos os documentos necessários, não poderão participar da AGOE.

A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o *upload* de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como da tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGOE, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.irani.com.br/ri). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@irani.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico SRP n° 12/2025

Processo Administrativo nº 71/2025. O Prefeito Municipal de Dom Pedro de Alcântara, torna público que o processo licitatório, Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços - SRP para contratação de empresa para o fornecimento de óleos lubrificantes, graxas, fluidos e aditivos para as Secretarias de Obras, Agricultura e Educação, pelo menor valor unitário. Dia: 04/04/2025 às 09:30 horas. Cópia do Edital e demais informações, poderão ser obtidos no Setor de Licitações pelo fone (51) 3664-0011, Ramal 215 das 09 as 17 horas, de segunda à sexta feira, pelo site: www.dompedrodealcantara.rs.gov.br ou e-mail: licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br. **Alexandre Model Evaldt - Prefeito Municipal**

CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FILIPINI ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CNPJ: 35.504.220/0001-37, DATA, HORA E LOCAL: Aos 12 (doze) dias do mês de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) as 11h (onze horas), na sede da sociedade localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 222-Andar 12 Conjunto 1210, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP: 90480-000. PRESENÇA: Reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social do Empresário Individual CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FILIPINI, inscrito no CNPJ sob o nº 35.504.220/0001-37, com o Número de Identificação no Registro de Empresa (NIRE) sob o nº 4310979942-4.CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FILIPINI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial bens, empresário, nascido em 14/11/1979, residente domiciliado na Rua Silveiro, n 638, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP: 90850-000, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 4079251304 SSP/RS, inscrito no CPF sob ne 817.778.250-91.FIRST MERCHANTS GROUP UK LTD, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 51.855.603/0001-06, com sede em Londres, na 3 More London Riverside, S/N, SE 1 2RE. representado neste ato por seu responsável legal CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FILIPINI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial bens, empresário, nascido em 14/11/1979, residente e domiciliado na Rua Silveiro, nº 638, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP: 90850-000, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 4079251304 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 817.778.250-91,TATIANE DA SILVA FILIPINI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial bens, empresária, nascida em 10/03/1989, residente e domiciliada na Rua Silveiro, nº 638, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP: 90850-000, portadora da Carteira de Identidade Civil RG nº 8092038606 SSP/RS, Inscrita no CPF sob nº 832.569.460-20. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei. 6.404/1976, em face da presença confirmada de todos os acionistas. MESA: Para presidir a Assembleia, foi eleita por unanimidade o Sr. Carlos Augusto de Souza Filipini, que aceitando a incumbência, convidou a mim, Tatiane da Silva Filipini, para secretariá-la, no que aceitei, assim se constituindo a mesa e dando-se início aos trabalhos. A ORDENS DO DIA E DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: I. Alteração da Natureza Jurídica e Razão Social; II. Do Capital Social; III. Do Estatuto Social; I-ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA E RAZÃO SOCIAL-Aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, a alteração da natureza jurídica do empresário individual, hoje denominado CARLOS AUGUSTO DE SOUZA FILIPINI, para Sociedade Anonima Fechada, assim como fica alterada sua razão social, passando para FAZ BANK CAPITAL BRASIL S/A. dando assim continuidade nos negócios em curso, mantendo à nova sociedade todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da sociedade ora transformada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/1976.-ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO-O endereço da presente sociedade passa a ser Avenida Carlos Gomes, n 222-Andar 22-Conjunto 1210, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP: 90480-000,-DO CAPITAL SOCIAL O capital social ora transforma-se em ações devido à transformação de natureza jurídica, realizando nesse ato o aumento de capital para 1.500.000,00, no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ora transformado em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil ações), ações ordinárias, nominativas, escriturais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda nacional, distribuído entre os acionistas da seguinte forma: DA APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL - Dando continuidade aos trabalhos, a Sra. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta da redação do Estatuto Social aos presentes que passa a compor o Anexo 1 desta ata de Assembleia Geral Extraordinária. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em livro próprio, a qual, logo após, foi lida, aprovada e por todos assinada.

Sindifisco alerta para riscos fiscais em função da greve

Após quatro meses de greve e sem avanço na negociação com o governo, o Sindifisco Nacional, entidade que representa os auditores fiscais, alerta para os riscos fiscais com o prolongamento da paralisação. A entidade aponta que equipes que atuam com transação tributária, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e comércio exterior estão mobilizadas, o que traz reflexos para a arrecadação e, consequentemente, cumprimento das metas para o ano. O presidente do Sindifisco, Dão Real, destacou a urgência de buscar uma solução considerando a proximidade com o segundo trimestre do ano.

"A garantia de realização daquela arrecadação prevista no final do ano, depende de uma série de procedimentos que são feitos de forma cumulativa ao longo do ano. E nós estamos, praticamente, com quatro meses de procedimentos suspensos. Por isso que a gente coloca um risco para a realização dessas receitas até o final do ano", afirmou Real.

Segundo a entidade, a equipe nacional de transação, que obteve acordos que se reverteram em R$ 5,4 bilhões aos cofres públicos em 2024, negocia R$ 14,6 bilhões em transações com contribuintes. Em relação ao Carf, os conselheiros da Fazenda Nacional participam dos julgamentos, mas deixaram de pautar processos em janeiro e fevereiro que somam R$ 145 bilhões. Já no comércio exterior, o impacto da mobilização gira em torno de R$ 3,5 bilhões, considerando custos logísticos, taxas de armazenagem e quebra de contratos.

O presidente do Sindifisco diz que a mobilização deve continuar e se intensificar, com mais adesão de servidores. "A importância de resolver rapidamente esse problema se amplia muito com a entrada no segundo trimestre do ano. É preciso que o governo seja também contagiado com esse senso de urgência, porque também tem outras coisas a serem comprometidas", disse. A pressão pela negociação também serve para dar tempo hábil aos servidores para colocar o trabalho em dia, considerando os impactos da paralisação neste primeiro trimestre do ano.

A greve da categoria se iniciou em novembro de 2024 e tende a acirrar, com adesão de mais servidores ao movimento. O pleito é por reajuste do salário básico, mas o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) pondera que os servidores tiveram, em 2024, a regulamentação de um bônus com reajuste da remuneração contemplando altas progressivas até 2026, ao contrário de outras carreiras que não tiveram ganhos em 2024.

"Na negociação, acatou-se a proposta da categoria pela regulamentação do bônus. O reajuste do teto do bônus resultou em um aumento nos ganhos mensais dos Auditores Fiscais compatível com as atribuições e a complexidade da carreira, e respeitando o limite orçamentário para os reajustes, podendo alcançar R$ 41,26 mil reais, em fevereiro de 2026, para servidores no 'topo' da carreira (vencimento mais bônus)", informou o MGI em nota.

DESLIGAMENTO PROGRAMADO

A CEEE Grupo Equatorial trabalha todos os dias para melhorar o fornecimento de energia no Rio Grande do Sul.

Para que seus clientes possam se programar com segurança, a companhia informa com antecedência que fará melhorias na rede de distribuição.

Para a realização dos serviços, a CEEE Grupo Equatorial precisará interromper o fornecimento nas seguintes localidades:

CEEE DISTRIBUIÇÃO GRUPO equatorial

DIAS 27/03 à 02/04/2025

13.226 CLIENTES BENEFICIADOS

ALVORADA
DIA 28/03 - DAS 12:05 AS 16:45 - UNIÃO - RUA UNIÃO, RUA A, RUA B, RUA C - CÓD. 31028
DIA 28/03 - DAS 12:20 AS 16:55 - APARECIDA - RUA GRAÇA ARANHA, RUA IDIOMA ESPERANTO, RUA AUGUSTO GUARANI - CÓD. 30988
DIA 01/04 - DAS 12:50 AS 18:25 - VILA FIGUEIRA - RUA JAGUARI, RUA SANTA CATARINA - CÓD. 31152
DIA 01/04 - DAS 13:10 AS 18:30 - VILA FIGUEIRA - RUA JAGUARI, RUA SOLEDADE, RUA ITARARÉ - CÓD. 31154
DIA 01/04 - DAS 13:20 AS 18:45 - PIRATINI - RUA HONÓRIO LEMOS, TRV OLEGÁRIO JOSÉ GUIMARÃES, RUA HIPÓLITO DA COSTA, RUA JERÔNOMO COELHO - CÓD. 31727

ARROIO DO SAL
DIA 27/03 - DAS 12:50 AS 17:45 - PRAIA AREIAS BRANCAS - R. GENERAL CAMARA, R. HUMBERTO CAMPOS, R. ANDRADE NEVES, R. MARQUES DO HERVAL, AV RIO BRANCO, Rua Dercino Pedro Dias - CÓD. 27953
DIA 27/03 - DAS 13:10 AS 17:35 - PRAIA DA ANCORA - RUA BENTO MANOEL RIBEIRO - CÓD. 28888
DIA 28/03 - DAS 15:00 AS 18:35 - ARROIO DO SAL - RUA MERCEDES BURLE CARDOSO - CÓD. 30835
DIA 01/04 - DAS 13:05 AS 17:40 - BALNEARIO SAO JORGE - RUA JOVELINO PACHECO DOS SANTOS, RUA ANTONIO JOAQUIM DE QUADROS, RUA IARA, AV CAMBOIM E AV INTERPRAI - CÓD. 29167

BUTIÁ
DIA 31/03 - DAS 12:35 AS 16:35 - SÃO JOSÉ - R.JOSÉ MARIA GONÇALVES, R.DILSON ANTONIO DA SILVA, R. JOSÉ MARIA GARCIA MARTINEZ - CÓD. 30851

CAPÃO DA CANOA
DIA 31/03 - DAS 13:00 AS 18:05 - PRAIA DO BARCO - AV TAMANDARE, RUA ITAPEVA, RUA CATUIPE, RUA MAQUINE, RUA CARUMBE, AV PAULO MANNA E Rua Arlindo Carvalho - CÓD. 29170
DIA 02/04 - DAS 12:50 AS 17:50 - CAPAO DA CANOA CENTRO - RUA CECI - CÓD. 28061

CAPIVARI DO SUL
DIA 28/03 - DAS 13:10 AS 18:10 - BACOPARI - BECO DO PAROQUIAL - CÓD. 29795

CARAÁ
DIA 01/04 - DAS 08:30 AS 12:05 - LAGEADINHO - EST DO VICENTE, EST MAXIMINO MONTICELLI, TRV DEZ VILA TRES MORROS, VIL LAGEADINHO, EST ANGELO BELLOL - CÓD. 30572
DIA 02/04 - DAS 12:55 AS 17:55 - VILA ALTO GROTA - VIL ALTO GROTA, EST ADRIANO PERES ALOS, TRV EDSON FERNANDES, EST LIDIA ANTONIA CORREIA GOMES, Tvs Dez Alto Rio dos Sinos - CÓD. 28027

GUAÍBA
DIA 28/03 - DAS 11:30 AS 16:20 - SANTA RITA - RUA FORTALEZA - CÓD. 31288,31293

ITATI
DIA 28/03 - DAS 12:45 AS 17:35 - ITATI - VIL TRES PINHEIROS, TRV TRES PINHEIROS, BEC TRES PINHEIROS, EST DO CEMITÉRIO - CÓD. 27748

MAMPITUBA
DIA 01/04 - DAS 13:00 AS 17:50 - RURAL - ESTRADA MORRO DA ANTENA - CÓD. 29163

MAQUINE
DIA 31/03 - DAS 10:00 AS 12:10 - MÁQUINE - RS-484, ANTIGA EST OSORIO TORRES - CÓD. 31823
DIA 31/03 - DAS 14:00 AS 15:00 - MÁQUINE - RS-484, ANTIGA EST OSORIO TORRES - MORRO ALTO - CÓD. 31828
DIA 02/04 - DAS 13:15 AS 17:15 - MAQUINE - VILA SOLIDÃO 2801 - CÓD. 31165

MOSTARDAS
DIA 02/04 - DAS 13:10 AS 18:10 - PRAIA DO PAI JOÃO - R. DO PESCADOR SUL, R. SCHEILA COLARES TEIXEIRA, AV. ELPIDIO LINDES GARCIA, R. DAS GARÇAS E R. EDGAR - CÓD. 29798

OSÓRIO
DIA 27/03 - DAS 13:00 AS 17:40 - CONDOMINIO LAGOA DO PASSO - AV A, AV B, RUA VINTE E OITO, RUA TRES, RUA VINTE, RUA UM, RUA SETE, RUA NOVE, RUA VINTE E QUATRO E RUA VINTE E SETE - CÓD. 28805
DIA 31/03 - DAS 12:45 AS 17:45 - ZONA RURAL - EST ARLINDO VEIGA FREITAS - CÓD. 28038
DIA 02/04 - DAS 13:05 AS 18:00 - ATLANTIDA SUL - RUA ARARUAMA, RUA IMBITUBA E RUA SEPETIBA - CÓD. 29196

PALMARES DO SUL
DIA 27/03 - DAS 13:05 AS 18:00 - FREI SEBASTIAO - ROD. DO MERCOSUL - CÓD. 29145
DIA 31/03 - DAS 13:10 AS 18:25 - CASA VELHA - EST. PEDRO SIMÃO - CÓD. 30597

PANTANO GRANDE
DIA 01/04 - DAS 12:30 AS 17:35 - CENTRO - RUA ENEDINA PORTO, RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - CÓD. 30853,30852

PORTO ALEGRE
DIA 27/03 - DAS 08:45 AS 12:45 - RUBEM BERTA - AC. E-7 - CÓD. 31000
DIA 27/03 - DAS 09:05 AS 11:45 - RUBEM BERTA - RUA IGREJINHA - CÓD. 31123
DIA 27/03 - DAS 09:10 AS 11:40 - TIJUCA - AV GETULIO VARGAS - CÓD. 31209
DIA 27/03 - DAS 11:50 AS 16:55 - AZENHA - TRV PEDRO MODESTO RAMPI, AV BENTO GONÇALVES - CÓD. 30777
DIA 27/03 - DAS 11:55 AS 17:00 - TRISTEZA - RUA VICENTE FAILACE, AV WENCESLAU ESCOBAR - CÓD. 30738
DIA 27/03 - DAS 12:05 AS 17:05 - PARTENON - RUA CEL JOSÉ RODRIGUES SOBRAL, RUA SILVADO - CÓD. 30720
DIA 27/03 - DAS 12:10 AS 17:10 - PARTENON - AV OUTEIRO, RUA TTE ALPOIN, AV ROCIO - CÓD. 30716
DIA 27/03 - DAS 12:15 AS 17:15 - PARTENON - AV OUTEIRO, RUA VALADO, RUA TTE ALPOIN, RUA CEL JOSÉ RODRIGUES SOBRAL, AV VEIGA - CÓD. 30713
DIA 27/03 - DAS 12:35 AS 18:35 - TRISTEZA - AV OTTO NIEMEYER - CÓD. 30745,30741
DIA 27/03 - DAS 13:20 AS 16:50 - RUBEM BERTA - R. 1992 - JD. POR DO SOL, RUA ACESSO E.03 - CÓD. 31005
DIA 28/03 - DAS 08:20 AS 12:40 - SANTA ROSA DE LIMA - AV. BERNARDINO SILVEIRA PASTORIZA - CÓD. 31418
DIA 28/03 - DAS 09:45 AS 12:30 - SÃO JOÃO - AV BENJAMIM CONSTANT, RUA ONZE DE AGOSTO, AV ASSIS BRASIL, RUA HONÓRIO SILVEIRA DIAS - CÓD. 30902
DIA 28/03 - DAS 11:35 AS 16:25 - PASSO DAREIA - RUA VINTE E QUATRO DE JUNHO, RUA TOROQUA, RUA PISTOIA - CÓD. 31040
DIA 28/03 - DAS 11:40 AS 16:30 - TRISTEZA - RUA VICTOR SILVA, AV OTTO NIMEYER - CÓD. 31039
DIA 28/03 - DAS 11:45 AS 16:35 - TRISTEZA - RUA ERICO CRAMER, RUA ALARICO RIBEIRO - CÓD. 31038
DIA 28/03 - DAS 11:50 AS 16:40 - TRISTEZA - RUA VICTOR SILVA, RUA DR PEREIRA NETO - CÓD. 31037
DIA 28/03 - DAS 11:55 AS 17:55 - RUBEM BERTA - RUA WILSON SANTANNA VIEIRA, RUA CACILDA YACONIS BECKER, AV. BALTAZAR DE OLIVEIRA GARCIA, RUA NOSSA - CÓD. 24598
DIA 28/03 - DAS 12:00 AS 18:00 - RUBEM BERTA - RUA WILSON SANTANNA VIEIRA, RUA OVIDIO MORAES LEAL, RUA PROCÓPIO FERREIRA - CÓD. 24597
DIA 28/03 - DAS 12:10 AS 17:00 - TRISTEZA - RUA DR MARIO TOTTA - CÓD. 30977
DIA 28/03 - DAS 12:15 AS 17:05 - TRISTEZA - RUA SANTA VITÓRIA, RUA LANDEL DE MOURA - CÓD. 30975
DIA 28/03 - DAS 13:20 AS 17:20 - PARTENON - RUA CONDOR - CÓD. 30886
DIA 28/03 - DAS 13:25 AS 16:10 - SANTA ROSA DE LIMA - AV. BERNARDINO SILVEIRA PASTORIZA - CÓD. 31426
DIA 28/03 - DAS 14:30 AS 19:15 - JARDIM ALGARVE - RUA 154, RUA 121, RUA 119, RUA TABELIÃO CICERO BAPTISTA - CÓD. 30909
DIA 29/03 - DAS 08:00 AS 12:10 - PARTENON - AVENIDA IPIRANGA 6276 - CÓD. 31046
DIA 29/03 - DAS 12:00 AS 18:00 - RUBEM BERTA - RUA WILSON SANTANNA VIEIRA, RUA AMÁLIA AVEIRA, OVÍDIO MORAES LEAL - CÓD. 27240
DIA 30/03 - DAS 08:10 AS 12:10 - SANTA ROSA DE LIMA - RUA K - CÓD. 31642
DIA 31/03 - DAS 12:00 AS 18:00 - RUBEM BERTA - RUA WILSON SANTANNA VIERA, RUA VICENTE CELESTINO, NILVA GARRIDO - CÓD. 24624
DIA 31/03 - DAS 12:15 AS 16:20 - SARANDI - AV B - N SRA APARECIDA - CÓD. 31925
DIA 01/04 - DAS 11:40 AS 17:05 - PETRÓPOLIS - AV TAQUARA, AV MONTENEGRO - CÓD. 31180
DIA 01/04 - DAS 11:50 AS 17:15 - PETRÓPOLIS - AV TAQUARA, RUA CARAZINHO - CÓD. 31177
DIA 01/04 - DAS 11:45 AS 17:20 - PETRÓPOLIS - AV TAQUARA - CÓD. 31176,31178
DIA 01/04 - DAS 12:00 AS 18:00 - RUBEM BERTA - RUA MAURÍCIO SELIGMAN, RUA OVÍDIO MORAES LEAL, RUA VICENTE CELESTINO, RUA BERNARDINO SIVEIRA AMORIM - CÓD. 24640
DIA 01/04 - DAS 12:10 AS 17:25 - PASSO DAREIA - RUA CEL JOÃO CORREA, RUA SAPE - CÓD. 31125
DIA 01/04 - DAS 12:15 AS 18:15 - PASSO DAREIA - AV JOÃO WALLIG, PRC DR GASTÃO SANTOS - CÓD. 31122,31117
DIA 01/04 - DAS 12:25 AS 18:05 - PASSO DAREIA - RUA SAPE, RUA ROQUE CALAGE - CÓD. 31116
DIA 01/04 - DAS 13:15 AS 18:40 - ABERTA DOS MORROS - RUA OLÍVIO KOLIVER, RUA JÃO BRUSA NETTO, RUA ROSANE DUBIN WAINBERG, AV. JUCA BATISTA - CÓD. 31492
DIA 01/04 - DAS 13:30 AS 18:35 - TRISTEZA - RUA LANDEL DE MOURA, RUA ALVARO GUTERRES - CÓD. 31159
DIA 02/04 - DAS 12:05 AS 18:05 - NOSSA SRA DAS GRAÇAS - RUA COM EDUARDO SECCO, BEC DO CARVALHO 2, RUA DR AGOSTINHO BRAUL, VIA10, VIA 1, VIA 2, VIA 3, VIA 5 - CÓD. 31191

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
DIA 28/03 - DAS 12:50 AS 17:45 - PITANGUEIRAS - AV AFFONSO PORTO EMERIM, RUA JOAO CARLOS BENFICA, EST CAETANO, ACS FIBRAS GERAIS, TRV ANTENA CRT - CÓD. 27995
DIA 31/03 - DAS 12:50 AS 17:50 - BAIRRO TRV DOS IMIGRANTES - R. ALBERTO TEDESCO - CÓD. 27473
DIA 31/03 - DAS 13:15 AS 18:15 - CENTRO PITANGUEIRAS - RUA SANTA TEREZINHA, AV CEL VICTOR VILLA VERDE, RUA DARCI MARTINS RAMOS - CÓD. 29763
DIA 31/03 - DAS 13:20 AS 18:20 - PITANGUEIRAS - RUA JOAO MACIEL DA ROSA, AV CEL VICTOR VILLA VERDE, RUA SANTA TEREZINHA, RUA CANDIDO ANTONIO DA LUZ - CÓD. 29765

SÃO JERONIMO
DIA 27/03 - DAS 12:20 AS 17:30 - RURAL - ESTRADA DA PALMEIRA - CÓD. 30508,30510,30512
DIA 02/04 - DAS 12:40 AS 18:40 - PADRE REUS - RUA JORGE LEONHARDT, RUA DA PRODUÇÃO, RUA REIS - CÓD. 31597
DIA 02/04 - DAS 12:45 AS 18:45 - PADRE REUS - RUA JORGE LEONHARDT, RUA DA PRODUÇÃO - CÓD. 31579

TERRA DE AREIA
DIA 01/04 - DAS 12:55 AS 17:55 - CORNELIOS - RUA CURUMIM, LIN SARAIVA, LIN SEBASTIAO NETO, RUA CIRCULAÇAO DOIS - CÓD. 28047
DIA 02/04 - DAS 13:00 AS 17:25 - CENTRO - RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS (ACOSTAMENTO DA BR101 - CÓD. 29193

TORRES
DIA 27/03 - DAS 12:55 AS 17:55 - PRAIA DA CAL - R. CAXIAS DO SUL, AV BEIRA MAR, AV INDEPENDENCIA, R. NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, R. BOM FIM, Rua Parque Guarita - CÓD. 27944
DIA 28/03 - DAS 13:00 AS 17:30 - PRAIA PARAISO - AV CACHOEIRA DO SUL, RUA ESPIRITO SANTO, RUA PASSO FUNDO E RUA SANTA MARIA - CÓD. 29157
DIA 31/03 - DAS 12:55 AS 17:55 - FUNDOS DO ANTIGO AEROPORTO - RUA LUIZ GONZAGA CAPAVERDE, RIA ALTEMAR E DE AGUIAR, RUA OTAVIO PERRARO, RUA GUERINO, RUA GUILHERME - CÓD. 28031

TRAMANDAÍ
DIA 28/03 - DAS 12:55 AS 17:25 - OASIS SUL - RUA PICADA CAFE, RUA SANTA MARIA, AV BEIRA MAR, RUA ARROIO DO MEIO E RUA POCO DAS ANTAS - CÓD. 29160
DIA 28/03 - DAS 13:05 AS 18:05 - CENTRO - RUA RIACHUELO, RUA DOZE DE ABRIL, AV DA IGREJA, TRV PORTUGAL, RUA HAVAI, AV UBATUBA DE FARIAS - CÓD. 27980
DIA 31/03 - DAS 13:05 AS 17:40 - INDIANOPOLIS - RUA MANOEL DA SILVA MENDES, RUA SAO PAULO E RUA SOLON PADILHA - CÓD. 29171
DIA 31/03 - DAS 13:45 AS 16:45 - CENTRO - RUA EDU XAVES, RUA COCA BARCELOS - CÓD. 30985
DIA 02/04 - DAS 08:30 AS 13:30 - CENTRO - AVENIDA EMANCIPAÇÃO, AVENIDA SENADOR ALBERTO PASQUALINI - CÓD. 30643
DIA 02/04 - DAS 08:35 AS 13:35 - CENTRO - RUA CRISTOVÃO COLOMBO, AVENIDA SENADOR ALBERTO PASQUALINI - CÓD. 30647

TRÊS CACHOEIRAS
DIA 27/03 - DAS 13:25 AS 16:45 - BAIRRO TRES CACHOEIRAS - RUA INACIO JOSE SCHEFFER, RUA JOSE SCHAFFEER FILHO, RUA RODOLFO MAGGI, RUA OSCAR MACHADO - CÓD. 31163
DIA 30/03 - DAS 08:30 AS 14:30 - TRÊS CACHOEIRAS - AVENIDA PADRE RIZZIERI DELAI - CÓD. 30679

VIAMÃO
DIA 28/03 - DAS 12:35 AS 16:50 - TARUMÃ - AV DOS IPES AMARELOS, AV DAS PALMEIRAS, AV DOS JACARANDAS, AV DAS FIGUEIRAS, AV DAS AZALÉIAS - CÓD. 31023
DIA 31/03 - DAS 11:55 AS 17:35 - ITAPUÃ - EST DA VARZINHA, EST CEL EDMUNDO SANTOS ABREU, BEC DO SEBO, BEC SERVIDÃO - LAGOA DO CASAMENTO - CÓD. 31079
DIA 01/04 - DAS 12:40 AS 18:20 - ITAPUÃ - EST DA VARZINHA, EST COSTA DO OVEIRO - CÓD. 31132

XANGRI-LÁ
DIA 27/03 - DAS 08:05 AS 14:05 - AV CENTRAL - CONDOMÍNIO BOSQUES DE ATLÂNTIDA - CÓD. 30680
DIA 31/03 - DAS 08:05 AS 12:10 - NOIVA DO MAR - ALD UM N° 99, 270, 198, 121, 211 - AV SUL N° 293, 484, 505. - CÓD. 31825
DIA 31/03 - DAS 12:40 AS 16:40 - EX ALD 01 RAINHA DO MAR - AV PARAGUASSU N° 969, 991, 978, 969, 1001, 1028, 1027, 1002, 1011, 956, 1063 - CÓD. 31833

ATENÇÃO

A manutenção pode terminar antes do previsto. Caso precise realizar algum serviço elétrico interno durante o desligamento programado, não esqueça de desligar o disjuntor geral.

Por necessidade operacional, pode haver cancelamento de manutenções programadas. Consulte a programação completa no nosso site: **ceee.equatorialenergia.com.br**.

/ceeegrupoequatorial /ceeegrupoequatorial /ceee_equatorial

Projeto resgata e doa roupas de grife de lixão têxtil do Atacama

"Não compre. Resgate." Este é o slogan de um projeto batizado de Atacama Re-Commerce e que pretende enviar para todo o mundo peças de roupas hoje acumuladas no deserto do Atacama, no norte do Chile. Quem se interessar por alguma das peças paga apenas o frete para retirar a roupa do deserto.

O projeto tem uma equipe que faz a curadoria dos itens, o que garante que estejam em boas condições para revenda. Cada peça é então higienizada, organizada e disponibilizada na plataforma digital.

A primeira leva de roupas foi toda adquirida em apenas cinco horas por pessoas de países como Brasil, França, Reino Unido e China. Outras duas toneladas de roupas já foram higienizadas e devem entrar no site em breve.

Faz anos que parte do deserto chileno foi convertido em um cemitério de lixo têxtil composto pelo descarte sistemático tanto de roupas pós-consumo, ou seja, já usadas, como também de encalhes das mais de 50 coleções que as marcas de fast fashion produzem por ano.

O fenômeno é consequência do modelo de produção acelerado da indústria da moda. Hoje, são produzidas globalmente cerca de 100 bilhões de peças de vestuário por ano -o dobro em relação ao ano 2000. São 12 peças anuais por pessoa. Ou mais de 3 mil peças por segundo.

Tamanha escala de produção gerou custos mais baixos, o que mudou a relação das pessoas com suas roupas, muitas das quais são consideradas como se fossem quase descartáveis. Cada peça de roupa hoje é usada menos vezes do que 15 anos atrás e vai para descarte mais rápido, depois de apenas sete ou oito usos, segundo dados da consultoria McKinsey.

Com isso, o descarte de tecidos escalou, gerando desperdícios e danos ambientais e à saúde, já que 80% dos resíduos têxteis são incinerados, aterrados ou vão parar em lixões e no meio ambiente, segundo dados da Fundação Ellen MacArthur.

FERRAGENS VIANNA S/A IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL

CNPJ 92.192.236/0001-95 – NIRE 43.300.016.901
Companhia Fechada

Senhores Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Porto Alegre, 21 de março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	53	152
Dividendos a receber	1.234	1.313
Total do ativo circulante	1.287	1.465
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Empresas ligadas (nota 5)	344	344
Total realizável a longo prazo	344	344
Investimentos (nota 4.b)	23.314	22.891
Total do ativo não circulante	23.658	23.235
Total do ativo	24.945	24.700

PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		
Dividendos propostos/a pagar	785	1.229
Total do passivo circulante	785	1.229
NÃO CIRCULANTE		
Empresas ligadas (nota 5)	3.312	3.279
	3.312	3.279
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 6.a)	622	622
Reserva de capital	6	6
Reserva de reavaliação reflexa	30	30
Ajuste avaliação patrimonial reflexa (nota 6.b)	(30.558)	(28.085)
Reserva de lucros (nota 6.c)	57.542	54.413
Ações em tesouraria	(6.794)	(6.794)
Total do patrimônio líquido	20.848	20.192
Total do passivo e patrimônio líquido	24.945	24.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital: Correção monetária do capital	Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva de lucros: Reserva para investimentos e capital de giro	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva reflexa de subvenção para investimentos	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	622	(6.794)	6	30	(14.998)	39.076	124	11.475	-	29.541
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(13.087)	-	-	-	2.360	(10.727)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.105	2.105
Dividendos propostos (R$1.473,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(201)	-	-	(526)	(727)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	666	-	3.273	(3.939)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	622	(6.794)	6	30	(28.085)	39.541	124	14.748	-	20.192
Ajuste reflexo controlada e outros	-	-	-	-	(2.473)	-	-	-	882	(1.591)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.996	2.996
Dividendos propostos (R$2.096,14 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(749)	(749)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	3.129	-	-	(3.129)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	622	(6.794)	6	30	(30.558)	42.670	124	14.748	-	20.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL		
Resultado da equivalência patrimonial	2.980	1.990
Receitas operacionais	49	150
Despesas operacionais	(33)	(34)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	2.996	2.106
Resultado financeiro líquido	-	(1)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.996	2.105
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.996	2.105
Lucro por lote de mil ações R$	8.384,54	5.892,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA- MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	2.996	2.105
Ajuste do Fluxo operacional:		
Equivalência patrimonial	(2.980)	(1.990)
Variação dos ativos	2.637	11.185
Variação dos passivos	(2.226)	(10.270)
Recursos líquidos das atividades operacionais	427	1.030
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de dividendos	(526)	(1.100)
	(526)	(1.100)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	(99)	(70)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no inicio do exercício	152	222
Saldo no final do exercício	53	152
	(99)	(70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferragens Vianna S.A Importadora e Comércio em Geral é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

b) Ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

d) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. INVESTIMENTOS RELEVANTES

O Investimento relevante esta representando a participação societária na controlada Peroli S/A Participações e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas 31 de dezembro de 2024.

a) Informação sobre controlada:

Peroli S/A Participações	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro
Em 2023	20,325	101.834	100.598	9.791
Em 2024	20,325	101.834	102.678	14.662

b) Movimentação do Investimento:

	Peroli S.A.	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.945	1.807	32.302
Reserva reflexa e outros	(10.727)	-	(10.727)
Equivalência patrimonial de resultado	1.990	-	1.990
Dividendos a receber	(674)	-	(674)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.084	1.807	22.891
Reserva reflexa e outros	(1.849)	-	(1.849)
Equivalência patrimonial de resultado	2.980	-	2.980
Dividendos a receber	(708)	-	(708)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.507	1.807	23.314

5. PARTES RELACIONADAS

Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no valor de R$ 622, subscrito e integralizado, é composto por 460.360 ações ordinárias, sendo 357.292 em circulação e 103.068 em tesouraria, todas sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.

c) Reserva de lucros

• Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo desta conta atingiu o limite estatutário.

• Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.

• Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	2.996	2.105
Base de calculo dos dividendos	2.996	2.105
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	749	526
Dividendos propostos	749	526

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

MUNICÍPIO DE BROCHIER-RS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Serviços de aulas de música. Apresentação de propostas até às 08:30 horas e sessão virtual do pregão eletrônico a partir das 09:00 horas, dia 10 de abril de 2025, no sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Serviços de trator agrícola equipado com ensiladeira. Apresentação de propostas até às 08:30 horas e sessão virtual do pregão eletrônico a partir das 09:00 horas, dia 16 de abril de 2025, no sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br.

Editais e informações: Setor de licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, (51) 3697-1212/1215 – www.brochier.rs.gov.br.

Brochier/RS, 25/03/2025. **JOSÉ HENRIQUE DAPPER, Prefeito Municipal.**

SANDER IRMÃOS & CIA LTDA.

CNPJ nº 96.748.793/0001-09

CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS

A signatária, ANA LÚCIA SANDER PETRY, na qualidade de administradora da sociedade empresária limitada denominada **SANDER IRMÃOS & CIA LTDA.**, com sede social na Rua Santo Agostinho, nº 913, em São Leopoldo/RS, inscrita no CNPJ sob nº 96.748.793/0001-09, CONVOCA os SÓCIOS cotistas da sociedade para uma REUNIÃO ORDINÁRIA DE SÓCIOS a realizar-se no dia 24 de abril de 2025, às 11h00min, na sede da sociedade, para deliberarem sobre as seguintes matérias que compõem a ordem do dia: **1)** tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; **2)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício de 2024; e **3)** assuntos gerais.

A administradora informa que os documentos de que tratam o art. 1.078, inc. I, da Lei nº 10.406/02, encontram-se à disposição dos senhores quotistas na sede social da Sociedade, em horário comercial, assim como estão sendo enviados em cópia física aos endereços residenciais dos sócios, por correspondência registrada. São Leopoldo, 17 de março de 2025.

ANA LÚCIA SANDER PETRY - Sócia Administradora

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERA - RS

AVISO DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico Nº 003/2025

Sistema Registro de Preços. **Objeto:** Aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar e demais Secretarias. Regência: Leis Federais nºs 14.133/21 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 147/14. A documentação e propostas serão recebidas através do **Registro Cadastral na Bolsa Nacional de Compras** até às 9h do dia 10/4/2025, quando terá início o Certame.

Pregão Eletrônico Nº 004/2025

Sistema Registro de Preços. **Objeto:** Prestação de serviços de recapagem de pneus das máquinas e veículos do Município. Regência: Lei Federal nºs 14.133/21. A documentação e propostas serão recebidas através do **Registro Cadastral na Bolsa Nacional de Compras** até às 9h do dia 8/4/2025, quando terá início o Certame.

Informações: fone: (54) 3385-3300, e-mail: licitacoes@tapera.rs.gov.br, ou através dos sites: www.tapera.rs.gov.br e www.bnc.org.br.

Tapera/RS, 25 de março de 2025.

Osvaldo Henrich Filho
Prefeito Municipal

SLC AGRÍCOLA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Rerratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2019, que retificou as Assembleias Gerais Ordinárias de 2016, 2017 e 2018 para fazer constar, especificamente, as contas de reserva para as quais parte do lucro foi destinado e ratificou no restante. 2. Rerratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2024 que retificou as Atas das Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado, e ratificou no restante. 3. Rerratificar a Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 4. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 5. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º Estatuto Social da Companhia. 6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2025 (inclusive)**, mediante acesso ao link: https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxdSJkvlVLPh9rXXKIj-ijWzDpk3er2xq2BCbCEbz_ptN. Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (**www.ri.slcagricola.com.br**) e da CVM (**http://sistemas.cvm.gov.br/**). A Companhia solicita que os acionistas apresentem o documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, com instrumento de mandato. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail **ri@slcagricola.com.br,** com cópia para **juridico@slcagricola.com.br.** A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: **http://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/.** (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 25 de abril de 2025. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5% (cinco por cento), conforme estabelece a Resolução CVM nº. 070/2022 ("RCVM 70"). Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Para fins do art. 4, da RCVM 70, o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário para o pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 81 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: (www.cvm.com.br, www.b3.com.br e www.slcagricola.com.br/ri). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta da Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (**www.ri.slcagricola.com.br**) e da CVM (**http://sistemas.cvm.gov.br/**). Em consonância com a prática adotada nos últimos anos, a Companhia opta por realizar esta AG em formato exclusivamente digital, de modo a ampliar a participação e a interação entre os acionistas e a administração, assegurando esclarecimentos imediatos e simultâneos de dúvidas, independentemente da localização dos participantes, promovendo, assim, maior transparência e eficiência na condução dos trabalhos. Porto Alegre, 25 de março de 2025. Eduardo Silva Logemann - **Presidente do Conselho de Administração.**

Eletrocar
Centrais Elétricas de Carazinho S/A

CNPJ 88.446.034/0001-55
NIRE 43300014231

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição em nossa sede Social a Av. Pátria 1351, em Carazinho/RS, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Carazinho/RS, 25 de março de 2025

Elcio Jorge Bortoloti
Presidente do Conselho de Administração

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

AVISO DE LICITAÇÕES

Lic. 58/2025. Inexigibilidade 21/2025. Obj. Contratação de Empresas para acolhimento institucional por determinação judicial (N°5003640-93.2024.8.21.0075/RS). Contratada: RECANTO CLINICA DE REABILITACAO LTDA, CNPJ: 52.202.582/0001-92. Acolhimento de M.W.F.F.P. Valor R$12.000,00. BL. Art. 72 c/c 74 da Lei 14.133/21.

Lic. 59/2025. Pregão Eletrônico 30/2025. Obj. Registro de preços visando eventual e futura aquisição de forrações de jardim para plantio no bosque villa real e demais espaços públicos, para a secretaria municipal de meio ambiente, conforme especificações constantes do termo de referência do anexo I. Critério de julgamento: Menor Valor Global por Lote. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 07/04/2025, através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br;**

Lic. 60/2025. Pregão Eletrônico 31/2025. Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de correntes e ganchos para a secretaria de transportes, conforme especificações constantes do termo de referência, (anexo I deste edital). Critério de julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 08/04/2025, através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br;**

Lic. 61/2025. Pregão Eletrônico 32/2025. Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de peças (amortecedor capô) para reposição e manutenção da frota de motoniveladoras da secretaria de transportes, conforme especificações constantes do termo de referência, (anexo I deste edital). Critério de julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 10/04/2025, através do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br;**

Editais disponíveis na integra no site: www.trespassos.rs.gov.br licitações 2025. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito Municipal.

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 01/2025

A CEEE EQUATORIAL, empresa privada concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, em observância às normas veiculadas pelo contrato de concessão, e na forma da legislação pertinente, em especial a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre investimentos em Eficiência Energética (EE).

COMUNICA

Aos seus clientes, aos agentes do setor de energia elétrica e à sociedade em geral, que está realizando Audiência Pública com as seguintes características:

1. Objetivo:
• Apresentar os resultados dos projetos realizados no ano anterior;
• Colher sugestões para a realização de novos projetos de Eficiência Energética;
• Colher subsídios e informações diretamente dos interessados em projetos de Eficiência Energética;
• Propiciar aos consumidores possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões;
• Identificar, o máximo possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da Audiência Pública;
• Dar transparência e publicidade ao Programa de Eficiência Energética.

2. Disponibilização das Informações:
As informações sobre o Programa de Eficiência Energética da CEEE EQUATORIAL estarão à disposição dos interessados para consulta diretamente na *homepage* da CEEE EQUATORIAL (https://ceee.equatorialenergia.com.br/), no link "Audiência Pública PEE". As contribuições poderão ser enviadas através do e-mail dayane.pereira@equatorialenergia.com.br ou ainda através do seguinte endereço: Av. Clóvis Paim Grivot 1 (Humaitá) 99, Porto Alegre, RS.

Porto Alegre - RS, 24 de março de 2025.
Riberto José Barbanera
Presidente

CEEE DISTRIBUIÇÃO — GRUPO equatorial

Produtores de palmito pupunha apostam em inovações

Até 2008, quando a extração de palmito juçara foi definitivamente proibida no Brasil, a palmeira pupunha (Bactris gasipaes) era conhecida basicamente pelas populações da região amazônica, onde seus frutos são bastante consumidos. Mas um mercado gigante se abriu desde então.

Um dos maiores consumidores de palmito do mundo, o Brasil foi obrigado a voltar sua atenção para a palmeira pupunha, planta nativa da América Central que já vinha sendo introduzida, em caráter experimental, entre o Paraná e o sul de São Paulo.

Vantagens havia de sobra. Para os produtores, a rentabilidade aumentou e o serviço ficou mais fácil. "Quem cortava 150 hastes de juçara por ano, e levava dias para colher e transportar, porque as palmeiras ficavam em lugares de difícil acesso no meio da mata, passou a tirar até 4 mil hastes anuais de pupunha, de lavouras que ficam do lado de casa", compara Sebastião Bellettini, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR).

Para o mercado consumidor, também foi um bom negócio. Enquanto o palmito juçara oxida rapidamente depois de cortado e só pode ser comercializado em conserva, o palmito pupunha aceita diferentes cortes e pode ser vendido in natura. Os ex-extrativistas embarcaram na novidade, mas o setor continuou estacionado no passado. A maioria continuou apostando na fórmula do passado: a conserva.

O número de microindústrias de beneficiamento explodiu, sobretudo no Vale do Ribeira, o principal polo produtor paulista -a estimativa é que cerca de 60 delas operem na região, mas muitas se mantêm na informalidade.

Para não ficarem dependentes das indústrias maiores, que muitas vezes jogam o preço lá embaixo, alguns montaram a própria fabriqueta. Foi o que aconteceu com a família de Lucas Carlini, 34, que planta palmeira pupunha em Sete Barras (SP), no Vale do Ribeira, desde 2005.

"No início, a gente não planejava ter indústria, mas a maioria dos beneficiadores tem uma mentalidade antiga, que não valoriza o produtor. Durante a pandemia, pagaram tão pouco que muita gente deixou de adubar a roça e houve quebra da safra", lembra.

A família entendeu que verticalizar seria o caminho e, em 2023, inaugurou a indústria Terra Garrida. Os palmitos pupunha da própria lavoura, com 80 mil pés, respondem por 40% da produção, enquanto o restante vem de vizinhos. Segundo Carlini, a remuneração acima do mercado faz com que haja fila de palmiteiros querendo virar seus fornecedores. "Como cobro mais por determinados produtos, é justo que a remuneração dos produtores também seja discriminada", justifica.

Por mês, a Terra Garrida processa 12 toneladas de pupunha. A linha fresca e em conserva inclui cortes idealizados para o mercado gastronômico, como espaguete, lasanha e arroz de palmito. Com esse tipo de produto, Carlini chega a restaurantes e empórios de alto padrão da capital.

A linha in natura, valorizada pelos chefs de cozinha, é a mais melindrosa -tem validade de pouco mais de uma semana e exige cadeia de transporte 100% refrigerada, o que a Terra Garrida garante com frota própria. Moradora de Iporanga, também no sul de São Paulo, Anna Gabriella Rodrigues tem uma lavoura de 100 mil pés e encontrou outro caminho para agregar valor ao palmito pupunha: o agroturismo.

Sua primeira estratégia, vender palmitos in natura para clientes da capital, naufragou pela logística. "Estou a 300 km de São Paulo. A gente vendia bem, mas a validade de uma semana gerava muito descarte", lembra. Quando veio a pandemia e os amigos passaram a visitá-la para comprar as hastes, surgiu a ideia de abrir a porteira de vez.

"Minha mãe preparou um bombocado usando pupunha no lugar do coco, que fez muito sucesso. Passamos a testar várias receitas e hoje fazemos parte do programa Rotas Gastronômicas SP, do governo estadual", ela conta. Rodrigues continua fornecendo até 2.500 hastes de pupunha por semana às fábricas da região. Mas o turismo, que consome 40% da produção, já responde por 50% do faturamento -em janeiro de 2025, 200 pessoas fizeram a experiência.

Cada visitante paga R$ 120 para visitar a propriedade e fazer uma refeição, almoço ou jantar, toda à base de pupunha. Tem até romeu e julieta vegano, com palmito no lugar do queijo. O palmito pupunha é tão versátil que já tem startup explorando os resíduos que sobram da produção.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2° Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Josapar 100 ANOS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 62,2% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

Considerações gerais
A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o Arroz Tio João, o Arroz Tio Mingote, Arroz Meu Biju e Feijão Meu Biju. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas Cozinha Fácil Tio João e Cozinha e Sabor, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca SupraSoy. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas Supremo e Organo Mineral NPK1.

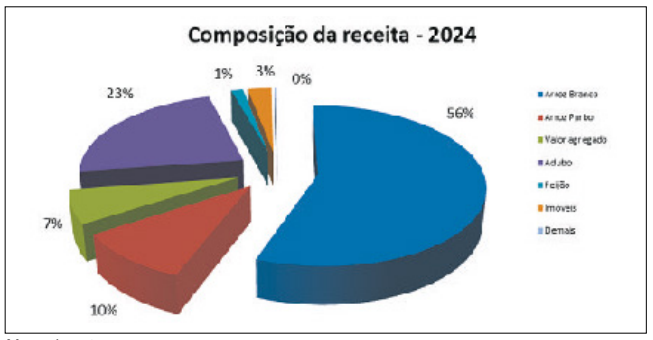
Mercado orizícola
A safra do arroz em 2023/2024 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, safra 5,5% maior quando comparada à de 2022/2023. Ainda assim o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2024 foi de R$ 111, superando em 20% os R$ 92 do exercício de 2023. Já as expectativas para a safra 2024/2025 novamente indicam maior oferta de grãos. Volume previsto de 12,1 milhões de toneladas, 14,3% maior que a anterior, de 10,6 milhões de toneladas, com aumento de 6,5% da área plantada e também com aumento da produtividade (7,3%). O aumento contínuo dos estoques de passagem e a oferta doméstica substancialmente maior de matéria prima pressionará a queda no nível de preços de arroz para 2025, e sua recuperação ao longo do exercício dependerá do consumo, e da volatilidade do dólar e do desempenho das exportações e das importações.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2024 e 2023:

	2024 (R$ Mil)	2023 (R$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	2.385.271	2.277.741	107.530
Vendas Líquidas	2.212.219	2.119.154	93.065
Lucro Bruto	467.510	457.255	10.255
% LB s/VL	21,10%	21,60%	-0,5 pp
Ebitda	123.479	141.670	-18.191
% Ebitda s/VL	5,60%	6,70%	-1,1 pp
Lucro Líquido controladores	23.540	16.105	7.435
% LL s/VL	1%	0,70%	0,3 pp

Investimentos
Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R$ 8,3 milhões (R$ 3,5 milhões em 2023) na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais. Adicionalmente, houve no mês de novembro de 2024 a celebração de contratos de financiamento com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade de capital de giro, no valor de R$ 41,6 milhões, pelo prazo de 5 anos com 12 meses de carência, e na modalidade de investimento, no valor de R$ 153 milhões, pelo prazo de 10 anos com 24 meses de carência. Os contratos têm como objetivo a transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS.

Vendas totais
A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R$ 2,4 bilhões no exercício.



Mercado externo
O dólar médio de 2024 foi de R$ 5,40, 8% superior aos R$ 5 de 2023. O maior dólar médio aumentou a competitividade do arroz brasileiro e sustentou o volume de exportações no exercício. A Companhia exportou R$ 212 milhões em 2024, equivalentes a 8,9% da receita total, ante 8,2% em 2023 - quando exportou R$ 187 milhões. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta
A margem bruta da Companhia foi de 21% das vendas líquidas (Lucro bruto de R$ 468 milhões). A competitividade do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)
A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R$ 123 milhões, representando 6% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R$ 142 milhões ou 6,7% das vendas líquidas. O desempenho operacional de 2024 encontra-se em linha com desempenhos históricos da Companhia.

Endividamento bancário líquido
No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R$ 485 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R$ 59 milhões, contra R$ 98 milhões do ano anterior. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R$ 269 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido
Essa conjuntura de volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2024 atingiu R$ 23,5 milhões (R$ 2.225 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2023 foi de R$ 16 milhões (R$ 1.522 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido
O patrimônio líquido atingiu R$ 601 milhões contra R$ 581 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis
Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca Tio João, no arroz e feijão a marca Meu Biju, na soja a marca Suprasoy, nos insumos a marca Supremo - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos
A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R$ 2.869 mil e que será distribuído durante o ano de 2025.

Relacionamento com Auditores Independentes
Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria
Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Agradecimentos
A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 31.12.2024	Controladora 31.12.2023	Consolidado 31.12.2024	Consolidado 31.12.2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa(nota 4.b)	615.921	629.476	748.454	737.237
Clientes(nota 6)	402.064	410.277	421.851	421.232
Estoques(nota 7)	233.382	308.879	292.338	366.047
Adiantamentos a fornecedores(nota 8)	142.267	132.549	142.267	132.549
Impostos a compensar(nota 9)	67.369	83.273	67.608	83.497
Outras contas	22.282	25.203	18.140	21.710
Total do ativo circulante	1.483.285	1.589.657	1.690.658	1.762.272
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Devedores diversos	-	-	25.657	10.559
Coligadas(nota 14)	44.819	50.277	28.981	25.468
Créditos fiscais diferidos(nota 15.a)	42.531	44.216	42.531	44.216
Impostos a compensar(nota 9)	32.725	49.227	32.725	49.227
Total do realizável a longo prazo	120.075	143.720	129.894	129.470
Investimentos(nota 10)	268.745	247.755	321.630	326.025
Imobilizado(nota 11)	160.132	165.518	162.801	168.356
Intangível(nota 11)	1.841	1.873	1.876	1.908
Total do ativo não circulante	550.793	558.866	616.201	625.759
Total do ativo	2.034.078	2.148.523	2.306.859	2.388.031

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31.12.2024	Controladora 31.12.2023	Consolidado 31.12.2024	Consolidado 31.12.2023
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 12)	101.444	164.403	102.128	165.029
Instituições financeiras(nota 13)	644.902	514.407	644.902	514.407
Arrendamento Mercantil	604	1.309	604	1.309
Obrigações sociais e tributárias	24.467	28.050	30.410	33.393
Dividendos propostos(nota 16.e)	6.709	4.590	9.030	7.121
Credores diversos	23.012	21.311	38.797	40.967
Provisão para contingências(nota 20)	11.214	14.464	53.725	36.623
Outras contas	19.699	56.496	21.048	57.647
Total do passivo circulante	832.051	805.030	900.644	856.496
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras(nota 13)	576.204	733.068	576.204	733.068
Arrendamento Mercantil	67	290	67	290
Obrigações sociais e tributárias(nota 19)	6.274	13.657	6.274	13.657
Impostos diferidos (nota 15.b)	17.887	14.588	25.314	22.080
Outros débitos	475	475	34.651	14.726
Total do passivo não circulante	600.907	762.078	642.510	783.821
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social(nota 16.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial(nota 16.d)	21.837	21.837	21.837	21.837
Reserva reflexo controlada(nota 16.d)	137.193	136.053	137.193	136.053
Reserva estatutária	187.665	170.276	187.665	170.276
Reserva legal(nota 16.b)	22.931	21.755	22.931	21.755
Subvenção para Investimentos(nota 16.c)	110.942	110.942	110.942	110.942
Patrimônio líquido dos controladores	601.120	581.415	601.120	581.415
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	162.585	166.299
Total do patrimônio líquido	601.120	581.415	763.705	747.714
Total do passivo e patrimônio líquido	2.034.078	2.148.523	2.306.859	2.388.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora									Consolidado	
		Ajuste avaliação Patrimonial			Reserva de Lucros						
	Capital social	Reserva de reavaliação	Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal	Subvenção para Investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio Líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	120.000	552	34.850	131.979	166.869	20.949	90.238	-	565.437	185.550	750.987
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(13.013)	-	-	-	-	13.013	-	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(376)	-	-	-	389	13	-	13
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.105	16.105	-	16.105
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.251)	(19.251)
Variação de participação em controlada	-	-	-	4.450	-	-	-	-	4.450	-	4.450
Dividendos propostos (R$ 433,72 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(4.590)	(4.590)	-	(4.590)
Constituição de reservas	-	-	-	-	3.407	806	20.704	(24.917)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	120.000	552	21.837	136.053	170.276	21.755	110.942	-	581.415	166.299	747.714
Reflexo de controladas	-	-	-	(1.137)	-	-	-	1.734	597	-	597
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	23.540	23.540	-	23.540
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.714)	(3.714)
Variação de participação em controlada	-	-	-	2.277	-	-	-	-	2.277	-	2.277
Dividendos propostos (R$ 633,96 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(6.709)	(6.709)	-	(6.709)
Constituição de reservas	-	-	-	-	17.389	1.176	-	(18.565)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	120.000	552	21.837	137.193	187.665	22.931	110.942	-	601.120	162.585	763.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Controladora 31.12.2024	Controladora 31.12.2023	Consolidado 31.12.2024	Consolidado 31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	2.108.116	2.037.963	2.173.686	2.090.481
Mercado externo	211.585	187.260	211.585	187.260
	2.319.701	2.225.223	2.385.271	2.277.741
Deduções da receita bruta	(169.898)	(155.923)	(173.052)	(158.587)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.149.803	2.069.300	2.212.219	2.119.154
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 17)	(1.742.457)	(1.661.100)	(1.744.709)	(1.661.899)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	407.346	408.200	467.510	457.255
Despesas com vendas(nota 17)	(206.722)	(198.942)	(206.722)	(198.942)
Despesas gerais e administrativas(nota 17)	(111.482)	(99.070)	(161.990)	(138.273)
Outras receitas operacionais(nota 17)	13.411	6.355	13.689	6.730
Resultado de equivalência patrimonial	8.164	8.106	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	110.717	124.649	112.487	126.770
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	120.963	115.358	135.201	129.409
Despesas financeiras	(194.000)	(227.538)	(194.293)	(227.771)
	(73.037)	(112.180)	(59.092)	(98.362)
Participação dos funcionários (nota 17)	(2.869)	-	(2.869)	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34.811	12.469	50.526	28.408
Imposto de renda e contribuição social correntes(nota 15.c)	(10.968)	(8.797)	(21.321)	(18.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos(nota 15.c)	(303)	12.433	(303)	12.433
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	23.540	16.105	28.902	22.258
Atribuidos aos acionistas controladores	23.540	16.105	23.540	16.105
Atribuidos aos acionistas não controladores	-	-	5.362	6.153
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.540	16.105	28.902	22.258
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluido — R$	2.224,44	1.521,84	2.224,44	1.521,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31.12.2024	Controladora 31.12.2023	Consolidado 31.12.2024	Consolidado 31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	23.540	16.105	23.540	16.105
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	13.336	14.418	13.861	14.900
Venda ou baixa de ativo fixo	-	26.925	-	26.925
Equivalência patrimonial	(8.164)	(8.106)	-	-
Provisões de contingências	1.836	(11.310)	22.302	(3.060)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(139)	358	(139)	358
	6.869	22.285	36.024	39.123
Variação dos ativos:				
Clientes	8.352	44.057	(480)	55.227
Estoques	75.497	101.664	73.709	75.696
Créditos com coligadas	5.458	(35.853)	(3.513)	(9.011)
Impostos a compensar	32.406	(14.374)	32.391	(14.388)
Adiantamentos a fornecedores	(9.718)	(27.558)	(9.718)	(27.558)
Outros	(8.220)	(12.948)	(5.448)	(17.444)
	103.775	54.988	86.941	62.522
Variação dos passivos:				
Fornecedores	(62.959)	28.986	(62.901)	28.865
Obrigações sociais e tributárias	(10.966)	(2.887)	(10.366)	(2.942)
Outros	(34.009)	7.194	(11.650)	25.519
	(107.934)	33.293	(84.917)	51.442
Recursos líquidos das atividades operacionais	26.250	126.671	61.588	169.192
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	-	(296)
Adições do imobilizado e intangível	(7.918)	(2.886)	(8.274)	(3.526)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	(7.918)	(2.886)	(8.274)	(3.822)
Fluxo das atividades de financiamento:				
Financiamentos obtidos	690.701	939.993	690.701	939.993
Pagamentos de financiamentos	(717.998)	(998.301)	(717.998)	(998.301)
Participação de minoritários	-	-	(3.714)	(19.251)
Dividendos pagos	(4.590)	(8.703)	(11.086)	(10.516)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	(31.887)	(67.011)	(42.097)	(88.075)
Aumento de caixa de equivalentes de caixa	(13.555)	56.774	11.217	77.295
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa no início do exercício	629.476	572.702	737.237	659.942
Caixa no final do exercício	615.921	629.476	748.454	737.237
	(13.555)	56.774	11.217	77.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS — Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS				
Venda de produtos, mercadorias e serviços liquídas das devoluções	2.259.152	2.172.971	2.324.013	2.224.895
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	139	(358)	139	(358)
Outras receitas operacionais	13.411	6.355	13.689	6.730
	2.272.702	2.178.968	2.337.841	2.231.267
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.543.129)	(1.451.685)	(1.545.394)	(1.452.495)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(378.371)	(387.300)	(414.191)	(410.856)
	(1.921.500)	(1.838.985)	(1.959.585)	(1.863.351)
Valor adicionado bruto	351.202	339.983	378.256	367.916
Depreciação e amortização	(13.336)	(14.418)	(13.861)	(14.900)
Valor adicionado liquido produzido pela entidade:	337.866	325.565	364.395	353.016
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	8.164	8.106	-	-
Receitas financeiras	120.963	115.358	135.201	129.409
	129.127	123.464	135.201	129.409
Valor adicionado total a distribuir	466.993	449.029	499.596	482.425
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	119.836	111.274	132.038	124.305
Impostos e contribuições	121.787	99.178	136.537	113.159
Juros e aluguéis	201.527	234.904	201.816	235.135
Dividendos propostos	6.709	4.590	6.709	4.590
Reserva de Lucros	16.831	11.515	16.831	11.515
Participação dos acionistas não controladores	-	-	5.362	6.153
Outros	303	(12.432)	303	(12.432)
	466.993	449.029	499.596	482.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	23.540	16.105	28.902	22.258
Outros resultados abrangentes	2.277	4.450	2.277	4.450
Total do resultado abrangente do exercício	25.817	20.555	31.179	26.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 21 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

d) Eventos Climáticos em maio de 2024 no Rio Grande do Sul

Os eventos climáticos que atingiram o estado do Rio Grande do Sul durante o mês de maio de 2024 resultaram em uma das maiores tragédias ambientais do estado. No que tange aos efeitos sofridos como um todo, pode-se registrar impactos sociais, econômicos e operacionais tanto diretos nas unidades e atividades, como indiretos na cadeia de atividades desenvolvidas pela companhia.

A Josapar teve a unidade própria de fertilizantes, localizada às margens do Arroio Pelotas, na cidade de Pelotas-RS, atingida pela inundação decorrente da cheia do Canal São Gonçalo. Tal planta, em que pese tenha passado os primeiros dias do mês de maio em atividade de contingência para aumento de proteção, remoção de produtos e mitigação de prejuízos, passou o restante daquele mês integralmente submersa e fora de operação.

O clima severo de abril e maio de 2024 também provocou a queda no recebimento de arroz verde para secagem e armazenagem, impactando em menor receita na prestação de serviços de secagem de grãos.

Houve também a quebra da safra dos produtores e fornecedores locais de matéria prima, e essa frustração parcial de áreas fez com que parcela das operações de financiamento aos produtores rurais e de venda de fertilizantes junto aos fornecedores de arroz (operações de CPR – Cédula de Produtor Rural) não tenham sido integralmente quitadas nas respectivas datas de vencimento, trazendo repactuações para safras vindouras, onerando a necessidade de capital de giro operacional da companhia.

Outro ponto registrado nas operações foi o pontual aumento de custo logístico, por conta de bloqueios em rodovias, como a BR 116 e BR 392, que escoam a distribuição de nossos produtos para as regiões Sul e Sudeste. A companhia buscou caminhões do Paraná, São Paulo e Argentina para atender a demanda direcionada para a Unidade de Itaqui, enquanto a unidade vila princesa seguiu atendendo norte e nordeste por cabotagem via porto de rio grande.

Em contrapartida a todos esses impactos, afora indenizações securitárias de danos diretos na unidade de fertilizantes, registramos, como antecipado pelo Comunicado ao Mercado do dia 18 de novembro de 2024, a celebração de contratos de financiamento com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na modalidade de capital de giro, no valor de R$ 41.518, pelo prazo de 5 anos com 12 meses de carência, e na modalidade de investimento, no valor de R$ 152.950, pelo prazo de 10 anos com 24 meses de carência. Tal investimento tem como objetivo a transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS.

A empresa revisou suas estimativas de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados e não há expectativa de ocorrência de valores futuros de perdas a serem registrados em decorrência dos eventos climáticos ocorridos em maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 estão descritas a seguir:

a) Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

b) Emissão da emenda OCPC 10 – A Resolução CVM nº 2223 torna obrigatório para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (Tco2E), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiros, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. Esta resolução é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2025. Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

c) Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

d) Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

e) Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

f) Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa n° 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 68 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela resolução CVM 002/2020.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 68 dias e a perda reconhecida foi de 0,02% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a resolução CVM 002/2020 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Ativos:		
Matéria-Prima Fertilizantes	82.688	67.666
Contas a receber de clientes	45.603	30.748
	128.291	98.414
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	(93.126)	(44.710)
	(93.126)	(44.710)
Exposição passiva líquida	35.165	53.704

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no exercício diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela lei 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2024 em R$:

				Cenários		
Risco: alta do CDI	CDI dez24: 12,25% a.a.			Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato				manutenção	> 25%	> 50%
			12,25%	12,25%	15,31%	18,38%
				CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento		
31/12/2024	R$ 199.032	diversos	CDI	diversos	R$ 261.189	R$ 278.175	R$ 296.705
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R$ -	R$ 16.986	R$ 35.516

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a resolução CVM 002/2020.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Clientes mercado interno	357.875	381.082	385.435	399.810
Clientes mercado externo	45.603	30.748	45.603	30.748
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.414)	(1.553)	(9.187)	(9.326)
Total	402.064	410.277	421.851	421.232

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Produtos acabados e semielaborados	114.512	143.436	114.512	143.436
Mercadorias para revenda	4.129	6.837	4.129	6.837
Matérias - primas	98.440	135.418	98.440	135.418
Outros	16.301	23.188	16.301	23.188
Imóveis	-	-	58.956	57.168
Total	233.382	308.879	292.338	366.047

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores de arroz	139.279	130.065
Fornecedores diversos	2.988	2.484
Total	142.267	132.549

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
ATIVO CIRCULANTE	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS e COFINS (a)	37.992	54.010	37.992	54.010
IRPJ/CSLL	14.618	17.792	14.857	18.016
ICMS a recuperar	14.759	11.471	14.759	11.471
Total	67.369	83.273	67.608	83.497
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS E COFINS (b)	30.489	46.917	30.489	46.917
Outros créditos	661	735	661	735
Total	32.725	49.227	32.725	49.227

(a) Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

(b) Os créditos de PIS E COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.

Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.

A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	210.926	62,1748	430.838	49.500	13.526	8.106
Josapar Internacional	50	100	381	310	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2023	246.967	298	490	247.755	321.772	4.253	326.025
Reflexos ajustes em controladas	394	83	-	477	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.164	-	-	8.164	-	-	-
Compra de ações	22.954	-	-	22.954	-	-	-
Dividendos a receber	(10.605)	-	-	(10.605)	-	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	(4.395)	-	(4.395)
Em 31 de dezembro de 2024	267.874	381	490	268.745	317.377	4.253	321.630

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS
Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 433000098-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	176	61.867	2.494	15.869	203.824
Adições	-	-	-	-	1.057	1.481	348	2.886
Baixas	(18.377)	(8.363)	-	(7)	(3)	-	(175)	(26.925)
Transferências	-	115	-	-	299	(965)	551	-
Depreciações	-	(2.778)	(1.608)	(23)	(7.184)	-	(2.674)	(14.267)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	146	56.036	3.010	13.919	165.518
Adições	-	-	853	-	624	6.306	131	7.914
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.653)	(11)	(6.948)	-	(2.086)	(13.300)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	7.509	80.793	703	135	49.859	9.169	11.964	160.132

Consolidado	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Bens de Direito de Uso	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	1.059	62.336	3.116	16.575	206.504
Adições	-	-	-	629	1.067	1.482	348	3.526
Baixas	(18.377)	(8.363)	-	(7)	(3)	-	(175)	(26.925)
Transferências	-	115	-	-	299	(965)	551	-
Depreciações	-	(2.778)	(1.608)	(366)	(7.186)	-	(2.811)	(14.749)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	7.509	83.395	1.503	1.315	56.513	3.633	14.488	168.356
Adições	-	-	853	340	629	6.306	142	8.270
Transferências	-	-	-	-	147	(147)	-	-
Depreciações	-	(2.602)	(1.653)	(400)	(6.959)	-	(2.211)	(13.825)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	7.509	80.793	703	1.255	50.330	9.792	12.419	162.801

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.826	198	2.024	1.861	198	2.059
Adições	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	(151)	(151)	-	(151)	(151)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.826	47	1.873	1.861	47	1.908
Adições	-	4	4	-	4	4
Amortizações	-	(36)	(36)	-	(36)	(36)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.826	15	1.841	1.861	15	1.876

As taxas de depreciação e amortização praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas, Softwares e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 ocorre por depreciação ou baixa dos bens na empresa e consolidado. As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.
Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019 o direito de uso sobre os contratos de arrendamentos. Desta forma, os valores do ativo imobilizado em 31.12.2024 incluem o valor de R$703, referente ao direito de uso arrendado aluguéis.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Matéria-prima Arroz	58.701	76.934	58.701	76.934
Matéria-prima Insumos Agrícola	18.377	61.057	18.377	61.057
Outros	24.366	26.412	25.050	27.038
Total	101.444	164.403	102.128	165.029

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Passivo circulante	Controladora e Consolidado	
Moeda Interna	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos para investimentos	1.870	3.947
Crédito Rural – recursos livres	127.409	82.297
Capital de giro	422.497	383.453
Total	551.776	469.697
Moeda estrangeira		
Capital de giro-FINIMP	93.126	44.710
Total	93.126	44.710
Total do circulante	644.902	514.407
Passivo não circulante		
Moeda Interna	31.12.2024	31.12.2023
Financiamentos para investimentos	14.472	15.274
Crédito Rural – recursos livres	20.990	140.909
Capital de giro	540.742	576.885
Total	576.204	733.068
Total do não circulante	576.204	733.068
Vencimentos de longo prazo	31.12.2024	31.12.2023
2025	-	465.498
2026	365.244	184.393
2027	116.772	83.177
2028 a 2038	94.188	-
Total do não circulante	576.204	733.068

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00%a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,97%a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,97%a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US$	7,49%a.a.
Capital de Giro	CDI	2,37%a.a.

a) Empréstimos nacionais:
Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,50% a.a. a 6% a.a.
Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.
A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
b) Empréstimos no exterior:
Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US$ 15.039 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.
A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber (*)	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	523	-	9.513	-
Peroli Participações S.A.	15.013	-	-	16.265
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.903	-	-	2.903
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-	-
Outros	1.509	-	-	2.256
Em 31 de dezembro de 2023	50.277	-	9.513	25.468
Real Empreendimentos S.A.	1.991	(10.439)	10.084	-
Peroli Participações S.A.	18.510	-	-	19.762
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	409	-	-	1.034
Ferragens Vianna S.A.	2.936	-	-	2.936
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	-	3.010
Real Rio Grande Ltda.	26.910	-	-	-
Outros	1.492	-	-	2.239
Em 31 de dezembro de 2024	55.258	(10.439)	10.084	28.981

(*) Registrado em outras contas a receber no ativo circulante.
Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social diferida	13.844	13.841	13.844	13.841
Imposto de renda diferido	28.687	30.375	28.687	30.375
Total	42.531	44.216	42.531	44.216

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social diferida	(4.732)	(3.862)	(7.336)	(6.489)
Imposto de renda diferido	(13.155)	(10.726)	(17.978)	(15.591)
Total	(17.887)	(14.588)	(25.314)	(22.080)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
Corrente	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contribuição social	(2.957)	(2.374)	(5.741)	(4.992)
Imposto de renda	(8.011)	(6.423)	(15.580)	(13.591)
	(10.968)	(8.797)	(21.321)	(18.583)
Diferido				
Contribuição social	371	3.789	371	3.789
Imposto de renda	(674)	8.644	(674)	8.644
	(303)	12.433	(303)	12.433
	(11.271)	3.636	(21.624)	(6.150)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	34.811	12.469	50.526	28.408
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	5.362	6.153
	34.811	12.469	55.888	34.561
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(11.836)	(4.239)	(19.002)	(11.751)
Exclusões (adições) permanentes	8.840	9.599	8.840	9.599
Exclusões (adições) temporárias	(1.209)	(13.387)	(1.209)	(13.387)
Efeito tributação em controlada	-	-	(3.187)	(2.274)
Outros	(7.066)	11.663	(7.066)	11.663
	(11.271)	3.636	(21.624)	(6.150)

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.
A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos, 2025:8%, 2026:8%, 2027:8%, 2028:8%, 2029:8% e o restante 60%, nos 8 anos restantes.
A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital
O Capital Social é de R$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.
b) Reserva Legal
O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.
c) Subvenções para Investimentos
A Companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.
Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registra o montante de R$110.942 (R$ 110.942 em 2023).
Os valores registrados no período são transferidos para a conta "Subvenção para investimentos", em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.
d) Ajuste de Avaliação Patrimonial
Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.
e) Dividendos
O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.
As ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.
Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do exercício	23.540	16.105
Reserva legal	(1.177)	(805)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	22.363	15.300
Dividendos propostos – 30%	6.709	4.590

Os dividendos propostos correspondem a R$633,18-(R$433,19 em 2023) por lote de mil ações ordinárias e R$ 696,50-(R$476,51 em 2023) por lote de mil ações preferenciais.

17. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Custos dos produtos	(1.742.457)	(1.661.100)	(1.744.709)	(1.661.899)
Despesas com vendas	(206.722)	(198.942)	(206.722)	(198.942)
Despesas gerais e administrativas	(114.351)	(99.070)	(164.859)	(138.273)
Outras receitas/despesas	13.411	6.355	13.689	6.730
	(2.050.119)	(1.952.757)	(2.102.601)	(1.992.384)
Por natureza:	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciações e amortizações	(13.336)	(14.418)	(13.861)	(14.900)
Despesas com pessoal	(119.836)	(111.274)	(132.038)	(124.305)
Matérias-primas e materiais	(1.543.129)	(1.451.685)	(1.545.394)	(1.452.495)
Fretes	(116.655)	(115.341)	(116.655)	(115.341)
Outras	(257.163)	(260.039)	(294.653)	(285.343)
	(2.050.119)	(1.952.757)	(2.102.601)	(1.992.384)

No exercício findo em 31.12.2024 o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R$11.914-(R$ 12.426 em 31.12.2023), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.
A Companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.
As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites – Total M$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2025
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho/2025
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho/2025
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2025
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.500 cabotagem 650 rodoviário	Junho/2025
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US$ 3.000.000	Junho/2025
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US$ 1.000.000	Junho/2025

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e Consolidado	
Passivo circulante	31.12.2024	31.12.2023
PRR (FUNRURAL)	6.676	7.075
PERT (IRPJ e CSLL)	320	332
LÍTIGIO ZERO 2024 – PLZ (PIS/COFINS)	668	-
Total do circulante	7.664	7.407
Passivo não circulante		
PRR (FUNRURAL)	2.929	11.373
PERT (IRPJ e CSLL)	1.917	2.284
LÍTIGIO ZERO 2024 – PLZ (PIS/COFINS)	1.428	-
Total do não circulante	6.274	13.657
	13.938	21.064

Neste exercício a Companhia incluiu débitos no programa Litígio Zero 2024-PLZ no valor de R$2.096, que somados ao PRR- Parcelamento Rural Lei 13.606/2018 e o PERT Lei 13.496/2017 totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor esta demonstrado, atualizado e líquido das parcelas pagas, na rubrica obrigações sociais e tributárias, passivo circulante e não circulante.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2024, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$165.000.
A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.
O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para contingências	13.526	16.821	61.806	44.636
(-) Depósitos judiciais	(2.312)	(2.357)	(8.081)	(8.013)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	11.214	14.464	53.725	36.623

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Presidente)

Luciano Adures de Oliveira
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
Jorge Alberto Zugno
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcellos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

Continua

Continuação

Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Joaquim Oliveira S/A Participações - COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 87.456.562/0001-22 - NIRE: 43300009882

Tio João · Biju · Nova Cliva · Super Soy · Soy+ · Supremo Insumos · Real Empreendimentos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Obrigações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R$ 1.221.106 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R$ 644.902 mil e R$ 576.204 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 79% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R$ 281.676 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220
Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
O ALCANCE QUALIFICADO
QUE A SUA MARCA PRECISA

ENTRE EM CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

REAL
EMPREENDIMENTOS

Real Empreendimentos S.A.

CNPJ 92.213.552/0001-04 - NIRE 43.300.011.429
COMPANHIA FECHADA

EMPRESA CONTROLADA POR:
Josapar 100 ANOS ALIMENTANDO HISTÓRIAS

Senhores Acionistas:
A administração de Real Empreendimentos S.A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Permanecemos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Porto Alegre 21 de março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	104.258	83.822
Clientes (nota 5)	16.326	8.013
Outros créditos	6.527	6.961
Estoques (nota 6)	29.541	27.134
Total do ativo circulante	156.652	125.930
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Clientes (nota 5)	14.626	-
Depósitos judiciais (nota 12)	4.806	4.229
Partes relacionadas (nota 9)	13.162	3.365
Total do realizável a longo prazo	32.594	7.594
Investimentos (nota 7)	351.734	352.604
Imobilizado (nota 8)	2.643	2.808
Intangível (nota 8)	35	35
Total do ativo não circulante	387.006	363.041
Total do ativo	543.658	488.971

PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		
Fornecedores	485	454
Obrigações sociais e tributárias (nota 10)	4.529	4.454
Dividendos a pagar (nota 9/13.c)	12.405	12.044
Adiantamento de clientes	-	398
Outros débitos (nota 11)	17.027	20.500
Total do passivo circulante	34.446	37.850
NÃO CIRCULANTE		
Receita diferida (nota 5)	19.002	-
Partes relacionadas (nota 9)	4.817	3.838
Obrigações tributárias (nota 10)	560	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 13.d)	7.364	7.412
Provisão para contingências (nota 12)	46.631	26.244
Total do passivo não circulante	78.374	37.494
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 13.a)	49.500	49.500
Ações em tesouraria	(102)	(20.209)
Correção monetária do capital	186	186
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 13.d)	233.702	235.748
Reserva de lucros	147.552	148.402
Total do patrimônio líquido	430.838	413.627
Total do passivo e do patrimônio líquido	543.658	488.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (nota 15)	61.888	48.537
Deduções da receita bruta	(2.688)	(2.078)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	59.200	46.459
Custo dos serviços prestados	(1.634)	(55)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	57.566	46.404
Despesas gerais e administrativas (nota 16)	(48.425)	(37.367)
Resultado de equivalência patrimonial	3.357	3.459
Outras receitas operacionais	277	590
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	12.775	13.086
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(568)	(543)
Receitas financeiras	10.624	10.453
	10.056	9.910
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.831	22.996
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)	(9.305)	(8.737)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.526	14.259
Lucro por lote de mil ações do capital social - R$	39,85	42,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.831	22.996
Depreciações e amortizações	521	478
Provisão para contingências	23.087	13.448
Equivalência patrimonial	(3.357)	(3.459)
	43.082	33.463
Variação dos ativos:		
(Aumento) redução de Clientes	(22.939)	77
(Aumento) redução de Estoques	(2.406)	197
(Aumento) redução de Partes relacionadas	(9.797)	(705)
(Aumento) redução de Outras contas	(143)	(144)
	(35.285)	(575)
Variação dos passivos:		
Aumento (redução) de Fornecedores	31	(132)
Aumento (redução) de Obrigações sociais e tributárias	75	(20)
Aumento (redução) de Partes relacionadas	979	847
Aumento (redução) de Outras contas	13.576	12.004
Imposto de renda e contribuição social pagos/provisionados	(9.305)	(8.737)
	5.356	3.962
Recursos líquidos das atividades operacionais	13.153	36.850
Fluxo das atividades de investimento:		
Propriedades para investimento	4.228	(449)
Aquisição de outras empresas	-	(2.761)
Adições e baixas de imobilizado	(356)	(630)
Recursos líquidos das atividades de investimento	3.872	(3.840)
Fluxo das atividades de financiamento:		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(16.696)	(1.813)
Ações em tesouraria	20.107	(15.061)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	3.411	(16.874)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	20.436	16.136
Demostração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no início do exercício	83.822	67.686
Saldo no final do exercício	104.258	83.822
	20.436	16.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Ajuste de avaliação patrimonial: Própria	Ajuste de avaliação patrimonial: Controlada	Reserva de Lucros: Reserva para investimento e capital de giro	Reserva de Lucros: Reserva legal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	49.500	(5.148)	186	233.294	3.130	127.403	10.319	-	418.684
Ações em tesouraria	-	(15.061)	-	-	-	-	-	-	(15.061)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	2	20	-	-	-	22
Ajustes em reservas	-	-	-	(45)	(653)	698	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.259	14.259
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(4.277)	(4.277)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	10.401	(419)	(9.982)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	49.500	(20.209)	186	233.251	2.497	138.502	9.900	-	413.627
Ações em tesouraria	-	20.107	-	-	-	570	-	-	20.677
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.574)	(537)	2.111	-	-	-
Ajustes em reservas	-	-	-	48	17	-	-	-	65
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.526	13.526
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(13.000)	-	(4.057)	(17.057)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	9.469	-	(9.469)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	49.500	(102)	186	231.725	1.977	137.652	9.900	-	430.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	61.445	48.319
Outras receitas operacionais	277	590
	61.722	48.909
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custos dos serviços vendidos	(1.634)	(55)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.473)	(20.777)
	(34.107)	(20.832)
Valor adicionado bruto:	27.615	28.077
Depreciação e amortização	(521)	(478)
Valor adicionado líquido recebido pela companhia	27.094	27.599
Valor adicionado recebido em transferência:		
Resultado de equivalência patrimonial	3.357	3.459
Receitas financeiras	10.624	10.453
	13.981	13.912
Valor adicionado total a distribuir	41.075	41.511
Distribuição do valor adicionado total:		
Pessoal e encargos	12.595	13.223
Impostos e contribuições	13.494	12.715
Juros e aluguéis	1.460	1.314
Reservas de Lucros	9.469	9.982
Dividendos propostos	4.057	4.277
	41.075	41.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A REAL EMPREENDIMENTOS S.A. é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre e suas atividades principais consistem na administração de imóveis próprios e de terceiros, a locação, a incorporação e a compra e venda de imóveis e participações em outras sociedades.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Conforme previsto na RESOLUÇÃO CFC n.º 1.426/13, a companhia optou em incluir e publicar suas demonstrações financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas de sua controladora JOSAPAR - Joaquim Oliveira S/A Participações. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 21 de março de 2025. A Companhia não está apresentando a demonstração de resultado abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.
b) Clientes
O saldo de clientes corresponde aos valores a receber decorrentes da administração de imóveis próprios e de terceiros.
O saldo divulgado está líquido das provisões para perdas. A provisão para devedores duvidosos é com base nas perdas estimadas e inclui dentre outros, os saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
c) Estoques
Estão representados por imóveis a venda, avaliados ao custo de aquisição e ajustados ao valor justo com base em laudo de avaliação emitido por avaliador independente.
d) Propriedades para investimento
Os bens mantidos para obtenção de renda estão representados por imóveis e mensurados pelo método do valor justo e suas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício, quando ocorrerem.
e) Investimentos
Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM n° 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
f) Imobilizado e intangíveis
Reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e construção, líquidos das depreciações e amortizações, calculadas em função do correspondente benefício econômico.
g) Imposto de renda e contribuição social correntes
Estão calculados com base no lucro presumido com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia, sendo Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.
h) Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
i) Demais passivos circulantes e não circulante
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
j) Ativos e passivos financeiros
A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e renda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos, assim como contas a pagar e outras obrigações. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
k) Apuração do resultado
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.
l) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)
O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A administração da companhia revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.
m) Utilização estimativas
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas requer que a administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas, poderão ser diferentes de tais estimativas.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	213	132
Banco c/ movimento	124	183
Aplicações financeiras	103.921	83.507
	104.258	83.822

5.CLIENTES

	31.12.2024	31.12.2023
Aluguéis a receber	18.586	14.163
Venda de imóveis	4.376	-
Distribuição antecipada	351	243
Outros créditos	786	1.380
(-)Perdas Cred. Liquid. Duvidosa	(7.773)	(7.773)
	16.326	8.013

Os valores a receber decorrentes da operação estão registrados no Ativo Circulante pelo valor histórico. Os acréscimos de atualização monetária, juros e multas são reconhecidos contabilmente como receita por ocasião do seu recebimento. Os valores estão ajustados por conta de créditos de liquidação duvidosa.
Os registros no Ativo Não Circulante, no montante de R$ 14.626, referem-se a contas a receber de longo prazo. Adicionalmente, parte da receita proveniente da venda dos loteamentos foi reconhecida como receita diferida no Passivo Não Circulante, até que a obrigação de performance seja cumprida.

6.ESTOQUES

	31.12.2024	31.12.2023
Terrenos	9.591	11.658
Loteamentos	16.274	15.476
Imóveis	3.676	-
	29.541	27.134

7. INVESTIMENTOS:
a) Informações sobre as empresas controladas

	Número de Ações	Participação Capital Social (%)	Patrimônio Líquido	Capital Social	Lucro líquido/prejuízo	Equivalência Patrimonial
Copérnico Participações S/A	300	100	1.760	300	204	204
Shopping João Pessoa S/A	326.914	50	10.748	14.601	(1.102)	(551)
Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda.	12.876	44	118	290	(21)	(9)
Pelotense Adm. de Shopping Centers Ltda.	43	43	87	100	11	5
Real Rio Grande Ltda.	1.305	100	25.787	261	3.708	3.708

b) Movimento dos Investimentos

	Controladas: Copérnico Part. S/A	Shopping João Pessoa S/A	Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda	Pelotense Adm. de Shopping Centers Ltda	Real Rio Grande Ltda	Total	Demais investimentos: Outros	Propriedades para investimento	Total
Em 31.12.2023	1.760	6.365	52	38	25.779	33.994	2.762	315.848	352.604
Dividendos creditados	(204)	-	-	-	-	(204)	-	-	(204)
Equivalência P.	204	(551)	(9)	5	3.708	3.357	-	-	3.357
AAP Reflexa	-	-	-	-	17	17	-	-	17
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(4.040)	(4.040)
Em 31.12.2024	1.760	5.814	43	43	29.504	37.164	2.762	311.808	351.734

A administração da companhia contratou empresa especializada para emissão de laudo de avaliação, emitido por avaliador independente, para apuração de acréscimos e análise da vida útil remanescente dos bens do imobilizado no ativo, pelo método do valor justo de seus estoques, das propriedades para investimento e do imobilizado, em contrapartida do patrimônio líquido na conta de ajuste de avaliação patrimonial e passivo não circulante na conta imposto de renda e contribuição social diferidos.

8. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Veículos	Máquinas e equipamentos informática	Obras em construção	Móveis, utensílios e instalações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	918	102	625	1.011	2.656
Adições	630	-	-	-	630
Depreciação	(344)	(4)	-	(130)	(478)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.204	98	625	881	2.808
Adições	340	4	-	12	356
Depreciação	(386)	(4)	-	(131)	(521)
Valor residual em 31 de dezembro de 2024	1.158	98	625	762	2.643

O saldo do intangível no valor de R$35 e (R$35 | 2023), refere-se a marcas e patentes e direitos de uso.

9. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Dividendos a pagar e juros s/capital próprio
Josapar S/A	10.439	1.991	10.083
Copérnico S/A	-	2.826	-
Outras empresas	2.723	-	2.322
Em 31.12.2024	13.162	4.817	12.405
Josapar S/A	693	1.216	9.513
Copérnico S/A	-	2.621	-
Outras empresas	2.672	1	2.531
Em 31.12.2023	3.365	3.838	12.044

As operações de mútuo financeiro são registradas pelos seus valores originais acrescidos de rendimentos às taxas contratuais (99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário) até a data do balanço.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	31.12.2024	31.12.2023
IRRF s/ salários	625	551
INSS s/ salários	549	458
FGTS	167	140
Provisão de férias e encargos	315	300
IRPJ	1.532	1.197
CSLL	783	627
IPTU	259	894
Outros	299	287
	4.529	4.454
Parcelamentos – não circulante	560	-
	560	-

11. OUTROS DÉBITOS

	31.12.2024	31.12.2023
Retirada de sócios	12.580	16.837
Resultado Condomínio Monet	2.283	1.802
Outros débitos	2.164	1.861
	17.027	20.500

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2024, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R$ 1.852 mil (R$ 2.565 mil em 2023).
A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

Continua

Continuação

O saldo dos depósitos judiciais apresenta-se líquido das presentes provisões prováveis constituídas:

	Ativo não circulante	Passivo não circulante
(-) Provisão para contingências	(1.426)	46.631
Depósitos judiciais	6.232	-
Em 31.12.2024	4.806	46.631
(-) Provisão para contingências	(1.426)	26.244
Depósitos judiciais	5.655	-
Em 31.12.2023	4.229	26.244

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R$49.500 e está subscrito e integralizado, composto por 339.407.505 ações, sendo 250.349.180 ações ordinárias e 89.058.325 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido dos exercícios, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia mantém registrado nesta rubrica o valor de R$ 9.900 (R$9.900 | 2023).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. Para as ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% sobre o lucro líquido.

	Dividendos a pagar	Juros s/ capital próprio a pagar	Total
Em 31.12.2023	11.651	393	12.044
Dividendos pagos	(16.696)	-	(16.696)
Dividendos extraordinários	13.000	-	13.000
Dividendos propostos 2024	4.057	-	4.057
Em 31.12.2024	12.012	393	12.405

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	13.526	14.259
Base de cálculo dos dividendos	13.526	14.259
Cálculo dos Dividendos	30%	30%
Dividendos mínimos obrigatórios	4.057	4.277
Dividendos propostos - 30%	4.057	4.277

Os dividendos correspondem respectivamente a R$11,65 (R$ 12,28 - 2023) em reais, por lote de mil ações ordinárias e R$12,82 (R$13,51 - 2023) em reais, por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se a contrapartida do ajuste de avaliação patrimonial em imóveis e terrenos em estoques registrados como propriedades para investimentos, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados e ajustados pelo lucro presumido às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Estão calculados com base no lucro presumido, com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia e 8% para as vendas de terrenos, sendo Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.

15.RECEITA OPERACIONAL

	31.12.2024	31.12.2023
Locações	56.085	48.137
Venda Terrenos	5.803	400
Receita Operacional Bruta	61.888	48.537
Descontos/ cancelamentos	(443)	(218)
Impostos s/ faturamento	(2.245)	(1.860)
Deduções da Receita Bruta	(2.688)	(2.078)
Receita Operacional Líquida	59.200	46.459

16.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31.12.2024, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R$12.016 (R$ 12.831 em 31.12.2023), e está registrado no resultado do exercício.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração a dirigentes	12.016	12.831
Despesas com pessoal	579	393
Despesas gerais e administrativas	33.886	22.025
Despesas tributárias	1.944	2.118
	48.425	37.367

17.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalem aproximadamente ao valor de mercado. A companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

18.COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A companhia mantém política de contratar ou exigir seguro para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros levando em consideração a natureza das atividades. A maioria absoluta das operações comerciais é locada, onde a responsabilidade da contratação do seguro é do Locatário por força contratual e a companhia figura como beneficiária. As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Principais coberturas:

Objeto de cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total de LMI	Vigência
Prédios, equipamentos e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	MR$ 56.717	Junho 2025
Responsabilidade Civil	Operações Shopping Center, guarda de veículos de terceiros, empregador, riscos contingentes de veículos, circulação de equipamentos, danos ao conteúdo e danos morais	RC	MR$ 10.000	Junho 2025
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	100% FIPE	Novembro 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Presidente)

Ivon Luiz de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Carlos Eduardo Francheschini Lobato
Joaquim Luiz de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente)

Luis Eduardo Bastos dos Santos
(Diretor de Operações)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Wesles Ramos Dias
(Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Real Empreendimentos S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Real Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Real Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

Luiz Fernando Silva Soares
Contador – CRCRS nº 33.964

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

LEIA O QRCODE

Novo patamar sanitário abre mercados para a carne brasileira

A abertura do mercado japonês para a carne bovina brasileira é a noiva da vez, nas palavras de um funcionário do Ministério da Agricultura. O setor de carnes está colocando todas as fichas nessa visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão para que esse processo, que se arrasta há 30 anos, seja finalizado. Vai ocorrer, não necessariamente durante a visita, mas o processo está muito bem encaminhado. As barreiras sanitárias caíram, o Brasil subiu de patamar na qualidade das carnes e o mercado internacional é favorável ao País.

Essa avaliação é de Pedro de Camargo Neto que, após sete anos de idas e vindas para o Japão, conseguiu abrir o mercado do País para a carne suína brasileira. A mudança no quadro sanitário do Brasil que está para ser aprovada na Organização Mundial de Saúde Animal, com relação à febre aftosa, derruba uma barreira sanitária que, até então, dificultava as negociações, afirma ele.

O Brasil entrou com um pedido na organização para se tornar um país livre de febre aftosa sem vacinação. O resultado deverá sair em maio e ser favorável, uma vez que o comitê técnico e científico da organização não colocou restrições.

O novo quadro sanitário vai alterar as negociações do setor de carne bovina não só com o Japão, mas com todos os demais países, principalmente com a União Europeia, que impõe quarentenas atualmente.

Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Roberto Perosa, todas as questões técnicas e sanitárias com o Japão já foram resolvidas. Falta agora uma posição política do governo japonês. A abertura do mercado japonês é importante para o Brasil porque os japoneses são o terceiro maior importador de carne bovina do mundo, comprando 720 mil toneladas por ano.

PEROLI S/A PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001.09 - NIRE 43.300.034.381 - Companhia Fechada

Senhores Acionistas: A Administração de Peroli S/A Participações, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Porto Alegre, 21 de março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	944	4	Credores	606	2.422
Dividendos a receber	4.394	3.002	Dividendos propostos/a pagar	3.981	3.189
Impostos a compensar	-	13	Total do passivo circulante	4.587	5.611
Total do ativo circulante	5.338	3.019	NÃO CIRCULANTE		
			Credores	-	606
NÃO CIRCULANTE			Empresas ligadas (nota 5)	44.608	38.111
Realizável a longo prazo			Total do passivo não circulante	44.608	38.717
Empresas ligadas (nota 5)	27.902	24.902	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do realizável a longo prazo	27.902	24.902	Capital social (nota 6.a)	101.834	101.834
Investimentos (nota 4.b)	118.633	117.005	Reserva de capital	18	18
Total do ativo não circulante	146.535	141.907	Reserva de reavaliação reflexa	322	322
Total do ativo	151.873	144.926	Ajuste avaliação patrimonial controlada (nota 6.b)	(150.343)	(138.178)
			Reserva de lucros (nota 6.c)	245.650	231.405
			Ações em tesouraria	(94.803)	(94.803)
			Total do patrimônio líquido	102.678	100.598
			Total do passivo e do patrimônio líquido	151.873	144.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros				
	Capital social	Ações em tesouraria	Correção monetária do capital	Reserva reavaliação reflexa	Ajuste de Avaliação patrimonial reflexa	Reserva para investimentos e capital de giro	Reserva reflexa de subvenção para investimentos	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	101.834	(94.803)	18	322	(73.791)	144.870	56.457	11.993	-	146.900
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(55.682)	-	-	-	-	(55.682)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(8.705)	-	-	-	11.609	2.904
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.791	9.791
Dividendos propostos (R$74,68 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(990)	-	-	(2.325)	(3.315)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	2.481	16.104	490	(19.075)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	101.834	(94.803)	18	322	(138.178)	146.361	72.561	12.483	-	100.598
Ajuste investimento a valor de mercado	-	-	-	-	(11.453)	-	-	-	-	(11.453)
Reservas reflexas e outros	-	-	-	-	(712)	-	-	-	3.065	2.353
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.662	14.662
Dividendos propostos (R$ 111,84 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.482)	(3.482)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	13.512	-	733	(14.245)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	101.834	(94.803)	18	322	(150.343)	159.873	72.561	13.216	-	102.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL		
Resultado da equivalência patrimonial	15.409	10.447
Despesas operacionais	(35)	(72)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITO FINANCEIRO	15.374	10.375
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(712)	(584)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.662	9.791
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.662	9.791
Resultado por lote de 1.000 ações - R$	470,89	314,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	14.662	9.791
Ajuste do Fluxo operacional:		
Equivalência patrimonial	(15.409)	(10.447)
Variação dos ativos	9.402	46.447
Variação dos passivos	(5.390)	(40.384)
Recursos líquidos das atividades operacionais	3.265	5.407
Fluxo das atividades de financiamento:		
Pagamentos de dividendos	(2.325)	(5.413)
	(2.325)	(5.413)
Aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa	940	(6)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo no inicio do exercício	4	10
Saldo no final do exercício	944	4
	940	(6)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Peroli S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.
b) Ativos circulantes e não circulantes
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
c) Investimentos
Investimentos em empresa controlada são avaliados a valor justo. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.
d) Passivos circulantes e não circulantes
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
4. INVESTIMENTOS RELEVANTES
O Investimento, esta avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras apuradas 31 de dezembro de 2024.
a) Informação sobre controlada:

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A Participações	Participação direta (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro
Em 2023	65,4044	120.000	581.415	16.105
Em 2024	65,4903	120.000	601.120	23.540

b) Movimentação do Investimento:

	Josapar S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156.033
Compra de Ações	6.339
Ajuste a Valor de Mercado	(55.682)
Reserva reflexa outros	2.870
Equivalência patrimonial de resultado	10.447
Dividendos a receber	(3.002)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	117.005
Compra de Ações	191
Ajuste a Valor de Mercado	(11.453)
Reserva reflexa outros	1.875
Equivalência patrimonial de resultado	15.409
Dividendos a receber	(4.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.633

5. PARTES RELACIONADAS
Os valores no ativo não circulante e passivo não circulante referem-se a saldos com empresas ligadas.
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$101.834, é composto de 43.723.876 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo 31.137.462 ações em circulação, e 12.586.414 ações em tesouraria, todas sem valor nominal.
b) Ajuste de avaliação patrimonial
Refere-se a ajuste de avaliação patrimonial do investimento e de bens de controladas, líquidos dos tributos e realizações.
c) Reserva de lucros
• Reserva legal – É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
• Reserva para investimentos e capital de giro – Constituída conforme o estatuto social da Companhia, depois de assegurada a distribuição dos dividendos obrigatórios, 25% do lucro ajustado conforme lei 6.404/76.
• Reserva reflexa de Subvenção para investimentos – Refere-se a incentivos governamentais caracterizados como subvenção para investimentos na Controlada Josapar- Joaquim Oliveira S/A Participações, registrada de forma reflexa.
d) Dividendos
Os dividendos são calculados conforme prevê o Estatuto Social, demonstrados como segue.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	14.662	9.791
Reserva legal	(733)	(490)
Base de calculo dos dividendos	13.929	9.301
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.482	2.325
Dividendos propostos	3.482	2.325

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
Luciano Adures de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas da **COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 23 de abril de 2025, às 15:00 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:
Em Assembleia Geral Ordinária:
a)Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024;
b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025.
Informamos, em atenção ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, que o Conselho Fiscal da Companhia poderá instalado caso acionistas representando, no mínimo, (i) 2,0% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou (ii) 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, requeiram a sua instalação, de acordo como artigo 4° da Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022.
Instruções Gerais:
Nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, da Resolução CVM 81, a administração da Companhia informa que a AGO será realizada de forma exclusivamente **presencial**, assegurando a eficiência na tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas e a administração da Companhia.
Nos termos do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e da decisão do I. Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGO: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), ou (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.
A participação do acionista poderá ser pessoal, ou por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 21 de março de 2025 ("Proposta da Administração").
Participação Presencial
Caso o acionista opte por participar pessoalmente da AGO, este deverá comparecer à AGO munido de documento que comprove a sua identidade (cédula de identidade e CPF).
A Companhia requer que os acionistas que têm a intenção de se fazer representar na AGO por meio de procurador/representante legal devidamente constituído, depositem o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação na sede da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data designada para a AGO.
Boletim de Voto
O boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") foi disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). As orientações detalhadas para o envio do Boletim de Voto estão mencionadas na Proposta da Administração.
A Companhia esclarece que dispensará a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.
A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.
As demais orientações e informações para a participação na AGO, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.habitasul.com.br). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES
Péricles Pereira Druck
Presidente do Conselho de Administração

COPÉRNICO PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ 03.956.426/0001-01 - NIRE 43.300.040.241
Companhia Fechada

Senhores Acionistas: A administração de Copérnico Participações S/A, atendendo os preceitos legais e estatutários, tem a satisfação de submeter à apreciação de V. Sªs. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Porto Alegre, 21 de Março de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	N.E	2024	2023	PASSIVO	N.E	2024	2023
CIRCULANTE		171	171	CIRCULANTE		21	20
Impostos a compensar		171	171	Obrigações fiscais		21	20
				NÃO CIRCULANTE		1.216	1.012
NÃO CIRCULANTE		2.826	2.621	Dividendos propostos a pagar	5.d	1.216	1.012
Partes Relacionadas	4	2.826	2.621	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.760	1.760
				Capital social	5.a	300	300
				Reserva de ágio	5.b	1.400	1.400
				Reserva legal	5.c	60	60
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.997	2.792
TOTAL DO ATIVO		2.997	2.792				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de ágio	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	300	1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício	-	-	-	221	221
Dividendos propostos	-	-	-	(221)	(221)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	300	1.400	60	-	1.760
Lucro líquido do exercício	-	-	-	204	204
Dividendos propostos	-	-	-	(204)	(204)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	300	1.400	60	-	1.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL		
Despesas operacionais	(11)	(11)
Resultado financeiro líquido	285	315
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	274	304
Imposto de renda e contribuição social	(70)	(83)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204	221
Lucro por lote de mil ações	R$ 681,44	R$ 735,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Copérnico S.A é uma companhia de capital fechado com sede em Porto Alegre - RS, sua atividade consiste na participação societária em outras empresas.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado
As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.
b) Ativos circulante e não circulante
Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
c) Passivos circulante e não circulante
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
d) Imposto de Renda e Contribuição Social
Estão calculados com base no lucro real, sendo imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10% e contribuição social de 9%.
4. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

DISCRIMINAÇÃO	2024	2023
Real Empreendimentos S/A	2.826	2.621

O saldo no ativo não circulante refere-se a contratos de mútuo, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes a juros de 99,5% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$ 300, é composto de 300.000 ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.
b) Reserva de ágio - Refere se ao aumento de capital ocorrido em agosto de 2000.
c) Reserva legal - É constituída na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
d) Dividendos - Conforme estatuto social, aos acionistas é assegurada a distribuição anual de dividendos mínimos obrigatórios, correspondente a de 25% do lucro líquido ajustado.
A administração da sociedade propõe a distribuição de dividendos correspondentes a 100% do lucro líquido do exercício ajustado, conforme abaixo:

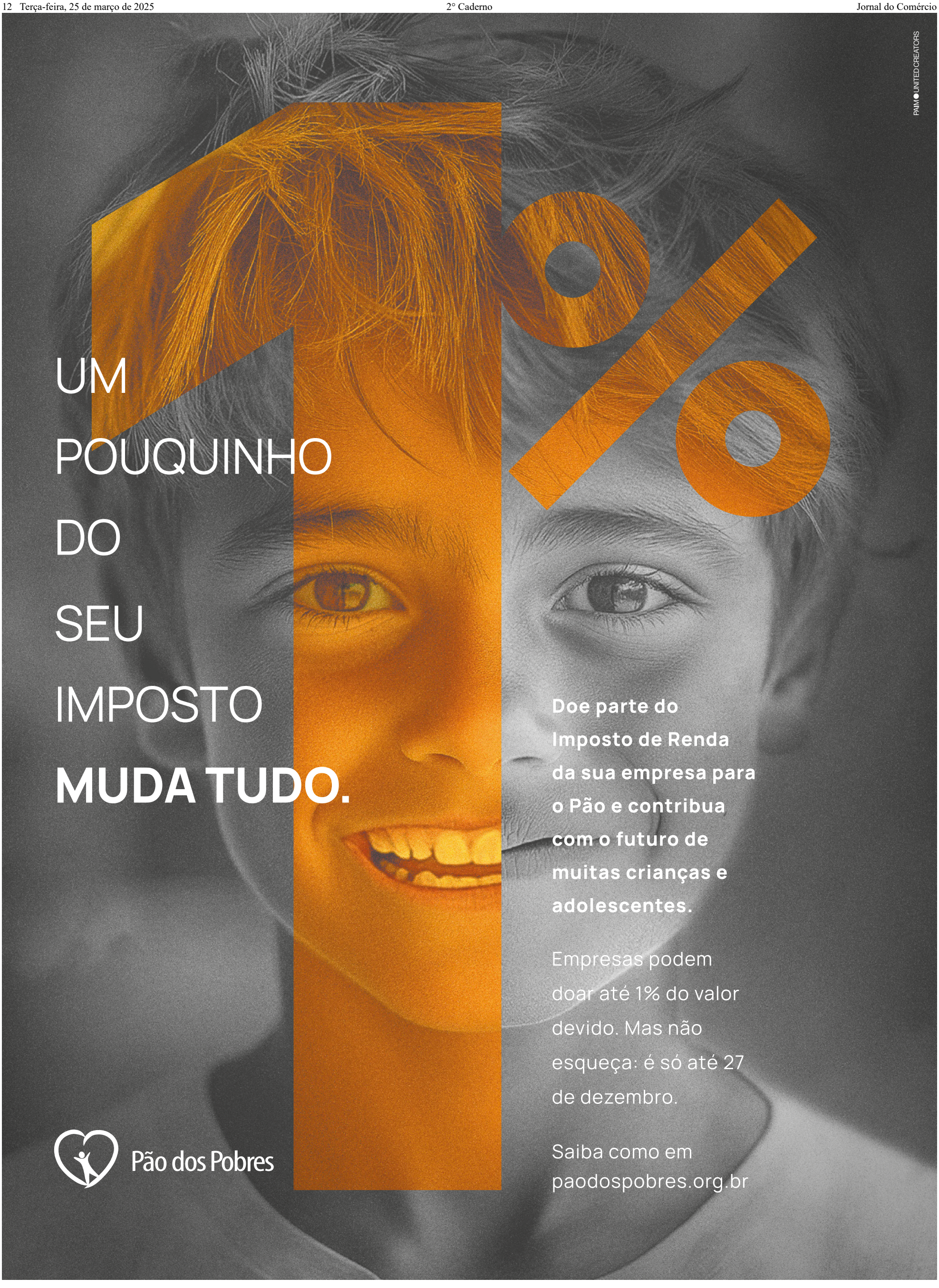
DISTRIBUIÇÃO	2024	2023
Lucro líquido do exercício	204	221
Reserva legal	-	-
Lucro líquido base para cálculo dos dividendos	204	221
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	51	55
Dividendos propostos	204	221

DIRETORIA

Augusto Lauro de Oliveira Junior
Luciano Adures de Oliveira
Luis Eduardo Bastos dos Santos
Marcelo Augusto Furlan dos Santos

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Wesles Ramos Dias
(Contador CRC-PR-039924-O-9-T-SP)


PAIM UNITED CREATORS
1%
UM POUQUINHO DO SEU IMPOSTO MUDA TUDO.
Doe parte do Imposto de Renda da sua empresa para o Pão e contribua com o futuro de muitas crianças e adolescentes.
Empresas podem doar até 1% do valor devido. Mas não esqueça: é só até 27 de dezembro.
Saiba como em paodospobres.org.br
Pão dos Pobres